

SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-PA

Estudo Técnico Preliminar 22/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 08652.000878/2025-49

2. Classificação do objeto

2.1. O objeto deste procedimento é a contratação de empresa de engenharia para elaboração do "como construído" (*as built*), do anteprojeto de engenharia, do projeto básico e do projeto executivo para viabilizar a finalização da obra de reforma da sede regional da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Pará (SPRF-PA) - BR-316 km 0.

2.2. O objeto da presente contratação classifica-se como serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, conforme disposto no inciso XVIII do art. 6º da Lei 14.133/21:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...)

XVIII - **serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual**: aqueles realizados em trabalhos relativos a:

a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos;

ENQUADRAMENTO NO CATÁLOGO DE SERVIÇOS

2.3. Para o enquadramento específico da demanda no catálogo de serviços (CATSER), em respeito ao Acórdão 2.831/2021 - Plenário TCU, que orienta os órgãos da Administração Pública federal a utilizarem descrições de serviços que permitam a correta identificação do objeto e a obtenção de preços de mercado fidedignos, bem como seguindo as orientações contidas no Comunicado n.º 02/2023 da SEGES, que estabelece a obrigatoriedade de utilização das categorias do catálogo para fins de padronização no sistema Compras.gov.br, foi utilizado o seguinte **código**:

Grupo: 833

Serviço: 20060

Descrição: Elaboração / análise projeto - Engenharia

Justificativa do enquadramento: é o código mais específico para o que o documento descreve. Ele abrange a criação das peças técnicas (plantas, cortes, memoriais) necessárias antes da execução da obra.

2.4. A unidade de fornecimento é "**unidade**".

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.5. A execução dos serviços precede da análise dos seguintes documentos:

2.5.1. Legislação municipal de Belém-PA:

<https://drive.google.com/drive/folders/17wa6NP5rmHI-924GD3b8kzS16H4CUsb?usp=sharing>

2.5.2. Projeto executivo original da reforma da sede regional da SPRF-PA - BR-316 km 0:

https://drive.google.com/drive/folders/1Q5D1YIfkDlbA7fSH6ric2gYUtQ3B_CPN?usp=sharing

2.5.3. Programa geral de necessidades (PGN):

https://drive.google.com/file/d/1Fc71sF1-inxPXC_RbgH1I7XAtG53DrMD/view?usp=sharing

2.5.4. Manual de Identidade Visual da PRF (MIV) - Versão 7 - Capítulo 5 - Edificações:

<https://drive.google.com/file/d/1u9BCDP7Q9MOMZ8dpW8yVD4YCtz3znSCR/view?usp=sharing>

2.6. O orçamento estimativo está disponível no seguinte link:

2.6.1. https://drive.google.com/drive/folders/1hHxblb_zRFgZVs8gHJ8CbyhXSfKBOuWH?usp=sharing

3. Descrição da necessidade

HISTÓRICO E DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

3.1. A obra de reforma da sede regional (Processo SEI nº 08652.007451/2021-48) foi regida pelo Contrato nº 03/2022, o qual teve a execução física estagnada em aproximadamente **66,17%**.

3.2. O contrato anterior foi rescindido unilateralmente em **22/07/2025**, com fundamento na Lei nº 8.666/1993, por culpa exclusiva da contratada (Aoki & Souza Engenharia Ltda), devido à sua incapacidade técnica e operacional de concluir os serviços.

3.3. A paralisação expôs a estrutura a intempéries, resultando em patologias construtivas como oxidação de armaduras, infiltrações e eflorescências, o que gera prejuízo contínuo ao erário e exige intervenção imediata para salvaguardar o patrimônio público.

JUSTIFICATIVA LEGAL

3.4. O objeto desta contratação não se enquadra nas atribuições dos cargos de carreira do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) e nem se amoldam às outras vedações e exceções trazidas pelo artigo 48 da Lei 14.133/21, **tratando-se de atividade acessória, instrumental ou complementar** aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão, conforme descrito a seguir:

Constituição Federal de 1988

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

(...)

II – Polícia Rodoviária Federal;

(...)

§ 2º A Polícia Rodoviária Federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao **patrulhamento ostensivo das rodovias federais**.

Código de Trânsito Brasileiro

A Lei n.º 9.503/97, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, estabelece:

Art. 20. Compete à Polícia Rodoviária Federal, no âmbito das rodovias e estradas federais:

(...)

II – realizar o **patrulhamento ostensivo**, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e o de terceiros.

Decreto 1.655/95 - Competências PRF

O Decreto nº 1.655 de 03 de outubro de 1995, que define a competência da Polícia Rodoviária Federal, e dá outras providências, estabelece:

Art.1º À Polícia Rodoviária Federal, órgão permanente, integrante da estrutura regimental do Ministério da Justiça, no âmbito das rodovias federais, compete:

I – Realizar o **patrulhamento ostensivo**, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, o patrimônio da União e de terceiros;

LEI 14.133/21

Art. 48. **Poderão ser objeto de execução por terceiros as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade**, vedado à Administração ou a seus agentes, na contratação do serviço terceirizado:

I - indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

II - fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;

III - estabelecer vínculo de subordinação com funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado;

IV - definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

V - demandar a funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

VI - prever em edital exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

Parágrafo único. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão ou entidade contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação.

[...]

Art. 117. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, **permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição**.

AUSÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

3.5. O Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) não dispõe de cargos de arquiteto, engenheiro e/ou técnicos industriais de ensino médio em seu quadro de servidores para elaborar projetos de engenharia, orçamentos, cronogramas e planejamento de obras, nem possui um departamento específico para a execução dessas obras.

3.6. Para suprir essa necessidade, o DPRF precisa contratar empresa de engenharia especializada para atender o objeto desta contratação.

PROBLEMA A SER RESOLVIDO (INTERESSE PÚBLICO)

3.7. A contratação de empresa de engenharia para elaborar o como construído (as built), o anteprojeto de engenharia, o projeto básico e o projeto executivo para viabilizar a finalização da obra de reforma da sede regional da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Pará (SPRF-PA) - BR-316 km 0 é de suma importância por diversos motivos:

3.7.1. Necessidade técnica e legal do como construído (as built):

- **Ausência de registro fiel da execução:** não existe um levantamento atualizado que represente fielmente o que foi executado pela empresa anterior, tornando o como construído (as built) uma etapa obrigatória para dimensionar o remanescente da obra.
- **Documentação obrigatória:** em muitos casos, o como construído (as built) é uma exigência legal para a obtenção do "Habite-se" ou outros documentos de regularização da obra junto aos órgãos competentes (municipais, estaduais, etc.).
- **Base para manutenção e intervenções futuras:** sem um como construído (as built) preciso, qualquer manutenção, reforma ou intervenção futura na edificação se torna mais complexa, custosa e arriscada, pois não haverá informações confiáveis sobre as instalações (elétrica, hidráulica, estrutural, etc.) e a disposição dos elementos construtivos.
- **Segurança e responsabilidade:** o como construído (as built) define as responsabilidades técnicas sobre a obra executada e garante a segurança dos usuários da edificação, pois registra as alterações e confirma a conformidade com as normas técnicas.
- **Evitar o pagamento em duplicidade (bis in idem):** a contratação visa realizar um levantamento rigoroso do que já foi feito para que a futura licitação da obra contemple apenas os serviços remanescentes, em estrito cumprimento à Súmula 261 do TCU.

3.7.2. Importância da readequação dos projetos:

- **Atualização e modernização:** é necessário readequar os projetos ao Programa Geral de Necessidades (PGN) atualizado e remodelá-los no formato BIM (Building Information Modelling), conforme exigido pelos Decretos nº 11.888/2024 e nº 10.306/2020.
- **Correção de imprevistos e otimização:** durante a execução de uma obra de reforma, é comum surgirem imprevistos ou a necessidade de otimizações no projeto original. A readequação dos projetos garante que essas alterações sejam formalizadas, tecnicamente embasadas e seguras.
- **Conformidade com normas e regulamentos atuais:** as normas técnicas e os regulamentos de construção podem ter sido atualizados desde a elaboração dos projetos originais. A readequação garante que a reforma esteja em conformidade com as exigências vigentes.
- **Integração com o como construído (as built):** a readequação dos projetos deve ser feita em conjunto com o levantamento do como construído (as built), garantindo que os documentos finais reflitam a realidade da obra executada e as alterações necessárias.
- **Evitar problemas futuros:** projetos readequados e um como construído (as built) preciso minimizam a ocorrência de problemas futuros, como falhas construtivas, dificuldades na manutenção e questionamentos legais.
- **Melhor planejamento e controle:** projetos atualizados facilitam o planejamento e o controle das etapas finais da reforma, garantindo que a obra seja concluída de forma eficiente e dentro do orçamento previsto.
- **Regularização e segurança:** a solução deve viabilizar a obtenção de alvarás de obra e licenciamentos ambientais, garantindo que a sede reformada atenda às normas de acessibilidade, segurança estrutural e funcionalidade institucional.

3.7.3. Justificativa para a contratação de empresa especializada:

- **Conhecimento técnico específico:** a elaboração do como construído (as built) e a readequação de projetos exigem conhecimento técnico especializado em engenharia civil, arquitetura e áreas correlatas. Empresas especializadas possuem a expertise e a equipe qualificada para realizar esses serviços com precisão e qualidade.
- **Utilização de ferramentas e tecnologias adequadas:** empresas de engenharia dispõem de equipamentos e softwares específicos para levantamentos topográficos, modelagem 3D (BIM), elaboração de desenhos técnicos e análise estrutural, garantindo a precisão e a eficiência do trabalho.
- **Responsabilidade Técnica (ART/RRT):** a contratação de uma empresa garante que os serviços serão acompanhados por um profissional habilitado, que emitirá a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), atestando a conformidade e a segurança dos projetos executivos e do como construído (as built).
- **Experiência em projetos de reforma:** empresas com experiência em projetos de reforma compreendem as particularidades desse tipo de obra, incluindo a necessidade de compatibilizar as intervenções com a estrutura existente e as instalações preexistentes.
- **Garantia de qualidade e cumprimento de prazos:** uma empresa especializada geralmente oferece garantias sobre a qualidade dos serviços e se compromete com prazos de entrega definidos em contrato.

3.8. Em resumo, a presente contratação é fundamental para:

- 3.8.1. Garantir a regularização legal da obra;
- 3.8.2. Possuir um registro preciso da edificação para futuras intervenções e manutenção;
- 3.8.3. Assegurar a segurança e a funcionalidade da sede reformada;
- 3.8.4. Otimizar o projeto executivo e corrigir eventuais imprevistos;
- 3.8.5. Garantir a conformidade com as normas técnicas vigentes;
- 3.8.6. Contar com a expertise e a responsabilidade técnica de profissionais qualificados.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Infraestrutura Predial-PA	Delano Gonçalves de Barros

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

SUSTENTABILIDADE

5.1. Deverão ser adotados critérios de sustentabilidade conforme o Guia de Contratações Sustentáveis da AGU e a IN SEGES/ME nº 58/2022, priorizando soluções que reduzam o consumo de energia e água na futura sede da SPRF-PA.

5.2. A presente contratação observará as diretrizes de sustentabilidade da **Instrução Normativa SEGES/ME nº 58/2022** e as obrigações de modelagem digital previstas no **Decreto nº 10.306/2020** (alterado pelo **Decreto nº 11.888/2024**).

5.3. Atender, quando da elaboração de projetos e planilhas e nas demais peças técnicas compatíveis, a Portaria nº 43, de 28 de janeiro de 2009, do Ministério do Meio Ambiente, que veda a utilização de qualquer tipo de asbesto/amianto e dos produtos que contenham estas fibras na execução de obras públicas.

5.4. Atender, quando da elaboração de projetos e planilhas e nas demais peças técnicas compatíveis, a Resolução nº 237, de 19 de dezembro de 1997, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, no que for aplicável para licenciamento dos projetos nos órgãos, entidades e concessionárias de serviço públicos anuentes.

5.5. Os requisitos de sustentabilidade devem ser revisados e atualizados conforme necessário para incorporar novas tecnologias, melhores práticas e mudanças na legislação ambiental. A Contratada deve garantir que todas as atualizações sejam implementadas de forma eficiente e documentada.

FORMAÇÃO DA EQUIPE

5.6. Para licitações relacionadas a obras e serviços de engenharia, em conformidade com a definição constante no art. 6º, XXI, da Lei n. 14.133, de 2021, é indispensável a participação de profissional habilitado da área, inscrito no órgão de fiscalização da atividade (CREA ou CAU-BR).

5.7. A Contratada deverá manter em seus quadros, durante todo o período de execução do contrato, profissionais capacitados e com experiência na prestação dos serviços que se pretende contratar.

5.8. A Contratada deverá manter em seus quadros, durante todo o período de execução do contrato, pelo menos um representante formalmente designado, que se responsabilizará pela administração e coordenação de seus empregados alocados ao contrato, podendo, inclusive, se for o caso, ser designado como preposto da empresa para representá-la perante a Administração.

5.9. A Contratada deverá utilizar sempre a melhor técnica na execução dos serviços contratados, utilizando pessoal qualificado, previamente treinado e habilitado, supervisionando os serviços, bem como comprometendo-se a refazer todo e qualquer serviço que não corresponda aos padrões aceitáveis da Contratante.

5.10. Recomenda-se o emprego de profissionais residentes próximos à localidade dos serviços, no entanto, caso a licitante opte por trazer profissionais de outras localidades, deverá atentar-se para o fato de que todas as despesas com deslocamentos e/ou hospedagens deverão estar abrangidas por sua proposta.

5.11. Durante a execução dos serviços, os funcionários da Contratada deverão observar, no trato com os servidores e o público em geral, a urbanidade e os bons costumes de comportamento, tais como: pontualidade, cooperação, respeito mútuo, discrição e zelo com o patrimônio público.

5.12. Durante a execução dos serviços, a Contratada, os empregados da mesma ou representantes deverão estar devidamente treinados, uniformizados, bem como portando crachá de identificação.

5.13. A Contratada cumprirá as determinações da Contratante, quanto às regras de segurança, critérios de prioridade e procedimentos a serem seguidos, atuando com diligência e zelo, buscando sempre o bom andamento dos serviços prestados.

SUBCONTRATAÇÃO

5.14. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

5.15. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

5.15.1. Elaboração de Projetos de Engenharia e Arquitetura em metodologia BIM.

5.16. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

5.16.1. Levantamentos topográficos e sondagens;

5.16.2. Ensaios laboratoriais;

5.16.3. Trâmites administrativos para obtenção de licenças e alvarás.

5.17. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

5.18. A subcontratação depende de autorização prévia e expressa do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

5.19. A Contratada apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

5.20. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

5.21. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo a Contratada optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.

5.21.1. Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta.

5.22. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deve apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

5.22.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

5.22.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

5.22.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

5.22.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

5.22.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

5.23. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

5.24. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

5.25. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

5.26. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

5.26.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

5.27. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

5.27.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

5.27.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada; e

5.27.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

5.28. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência do Contratado.

5.28.1. O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.

5.29. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

5.30. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

5.31. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

5.32. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

5.32.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

5.32.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

5.33. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

5.33.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

5.33.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

5.34. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

5.35. A Contratada autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

5.36. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

5.37. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

VISTORIA

5.38. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 12:00h e das 14:00h às 18:00 horas, com agendamento prévio pelo e-mail **aip.pa@prf.gov.br**.

5.39. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

5.40. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.41. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

5.42. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

COMUNICAÇÃO

5.43. Ficam estabelecidos como mecanismos de comunicação entre o órgão e a prestadora de serviços todos aqueles admitidos em direito, em especial, o ofício e o correio eletrônico.

5.43.1. Na reunião inicial do contrato será criado um grupo com todos os envolvidos (fiscalização e gestão da Contratante e preposto(s) e responsável(is) técnico(s) da Contratada).

5.44. A Contratada deverá responder a todas as solicitações, notificações, esclarecimentos ou quaisquer outras comunicações enviadas pelo Fiscal ou Gestor do contrato **no prazo máximo de 3 (três) dias úteis** a contar da data do envio da comunicação (exclusive).

5.45. As comunicações enviadas pela Contratada ao Fiscal ou Gestor do contrato também deverão ser respondidas **no prazo máximo de 3 (três) dias úteis** a contar da data do envio da comunicação (exclusive).

5.46. A Contratada deverá manter atualizados os dados de contato, incluindo endereço de e-mail e número de telefone, para facilitar a comunicação com o Fiscal e Gestor do Contrato.

5.47. O não cumprimento dos prazos estabelecidos nesta cláusula poderá resultar em sanções administrativas conforme previsto no contrato e na legislação aplicável, incluindo, mas não se limitando a, advertências, multas e rescisão contratual.

5.48. Em caso de descumprimento reiterado dos prazos, a Contratada poderá ser considerada inadimplente, o que poderá acarretar penalidades mais severas, incluindo a suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração.

5.49. Em situações excepcionais, devidamente justificadas, a Contratada poderá solicitar a extensão dos prazos estabelecidos nesta cláusula, devendo apresentar a justificativa por escrito ao Fiscal ou Gestor do Contrato no prazo de até 1 (um) dia útil antes do término do prazo original.

5.50. O Fiscal ou Gestor do contrato analisará a justificativa apresentada e, se entender cabível, poderá conceder a extensão solicitada, estabelecendo um novo prazo para resposta.

PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM CONSÓRCIO

5.51. Será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, observadas as seguintes condições:

5.51.1. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

5.51.2. Indicação da empresa líder, que será a responsável pela comunicação com a Administração e pela representação do consórcio;

5.51.3. Apresentação dos documentos de habilitação técnica e jurídica por cada empresa consorciada, conforme exigido no Edital;

5.51.4. Limitação de participação de uma mesma empresa em mais de um consórcio ou isoladamente para o mesmo objeto.

PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

5.52. Para a presente contratação a participação de cooperativas é vedada, tendo em vista que o objeto a ser licitado envolve o exercício de atividade que demanda a existência de vínculos de emprego/subordinação desses profissionais com a pessoa jurídica contratada (Art. 5º Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012);

5.53. Por fim, para a contratação objeto da presente licitação, há a necessidade técnica de subordinação entre os colaboradores que atuarão na execução dos serviços e a contratada, e segundo a Súmula 281 do TCU, é vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado.

6. Levantamento de Mercado

6.1. Conforme disposto na **LEI Nº 5.194, DE 24 DE DEZEMBRO DE 1966**, que regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências:

Art. 1º As profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo são caracterizadas pelas realizações de interesse social e humano que importem na realização dos seguintes empreendimentos:

a) aproveitamento e utilização de recursos naturais;

b) meios de locomoção e comunicações;

c) edificações, serviços e equipamentos urbanos, rurais e regionais, nos seus aspectos técnicos e artísticos;

[...]

Art. 7º As atividades e atribuições profissionais do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo consistem em:

a) desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas, de economia mista e privada;

b) planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária;

c) estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica;

d) ensino, pesquisas, experimentação e ensaios;

e) fiscalização de obras e serviços técnicos;

f) direção de obras e serviços técnicos;

g) execução de obras e serviços técnicos;

h) produção técnica especializada, industrial ou agropecuária.

Parágrafo único. Os engenheiros, arquitetos e engenheiros-agrônomos poderão exercer qualquer outra atividade que, por sua natureza, se inclua no âmbito de suas profissões." (*nossos grifos*)

6.2. Pela limitação da área a ser projetada (acima de 80m²), não será possível a participação de Técnico Industrial de nível médio de Edificações ou Construção Civil.

CONTRATAÇÕES SIMILARES FEITAS POR OUTROS ÓRGÃOS

6.3. Em consulta realizada em 11/02/2026, foram localizadas **21 (vinte e uma)** contratações similares feitas por outros órgãos em pesquisa realizada no módulo "Pesquisa de Preços" da plataforma do Compras.gov.br, com a utilização dos filtros:

6.3.1. Período da pesquisa: 12 meses;

6.3.2. Código material/serviço: 20060 (Elaboração / análise projeto - Engenharia);

6.3.3. Local (UF): PA.

MODELOS DE EXECUÇÃO - ENGENHARIA CONSULTIVA

6.4. Fazendo uma análise dos regimes de execução passíveis de serem utilizados pelo órgão, podemos citar os seguintes:

6.4.1. Empreitada por preço unitário:

6.4.1.1. Pagamento vinculado à confecção individual de cada documento técnico.

a) Vantagens para a Administração:

- Pagamento justo: paga-se estritamente pelo serviço realizado. Isso evita o pagamento por serviços não entregues;
- Flexibilidade: permite ajustes na quantidade de serviços conforme a necessidade real do contrato.

b) Desvantagens para a Administração:

- Risco de exaurimento dos quantitativos: se o contrato atrasar ou tiver aditivos, pode ser necessário aditar o contrato, gerando mais burocracia e potencialmente custos adicionais;
- Maior controle necessário: a fiscalização do próprio órgão precisa estar atenta para garantir que os documentos técnicos sejam realmente necessários e bem executados.

6.4.2. Empreitada por preço global:

6.4.2.1. Pagamento vinculado ao avanço físico do contrato.

a) Vantagem para a Administração:

- Previsibilidade de custos: o valor total é predefinido, facilitando o planejamento orçamentário.

b) Desvantagem para a Administração:

- Risco de pagamento por serviços não totalmente necessários: para atingir os marcos de pagamento vinculados ao avanço físico.

6.4.2.2. Pagamento vinculado à confecção de todos os documentos previstos.

a) Vantagens para a Administração:

- Previsibilidade da atuação da fiscalização: sabe-se que todos os documentos necessários serão produzidos dentro do período contratual.
- Potencial para maior profundidade na análise: a empresa tem um período determinado para produzir todos os documentos, o que teoricamente permite uma análise mais completa.
- Imparcialidade: similar ao preço unitário, o foco está na produção dos documentos necessários, independentemente do avanço físico do contrato.

b) Desvantagens para a Administração:

- Necessidade de um cronograma bem definido: a eficácia deste modelo depende de um cronograma físico-financeiro preciso e realista.
- Menor adaptabilidade a imprevistos: alterações significativas no cronograma do contrato podem impactar a adequação do prazo.

6.5. Em geral, na elaboração de projetos executivos, a "empreitada por preço unitário" ou o "pagamento vinculado à confecção de todos os documentos previstos" tendem a ser mais vantajosos para a Administração Pública.

6.5.1. Empreitada por preço unitário: é particularmente vantajosa quando a necessidade e a quantidade exata de documentos técnicos podem variar ao longo do contrato. Garante que a Administração pague apenas pelo que é efetivamente produzido. A desvantagem principal é o risco de necessidade de aditivos de quantitativos em caso de atrasos na empreitada.

6.5.2. Pagamento vinculado ao avanço físico do contrato: geralmente é menos recomendada, pois pode gerar um desalinhamento de interesses, onde a empresa pode priorizar o recebimento por avanço físico em detrimento da profundidade e qualidade dos documentos técnicos.

6.5.3. Pagamento vinculado à confecção de todos os documentos previstos: é uma boa opção quando o escopo dos documentos do contrato é bem definido desde o início e se busca uma análise completa dentro de um período determinado. A principal desvantagem é o risco de necessidade de aditivo de prazo se a entrega do projeto atrasar.

6.6. Após análise pela Equipe de Planejamento da Contratação, concluiu-se que o modelo mais eficiente seria utilizar o modelo de "pagamento vinculado à confecção de todos os documentos previstos no contrato", pois o escopo dos documentos contratuais é bem definido e a Administração Pública busca uma análise completa dentro de um prazo determinado.

EXISTÊNCIA DE NOVAS METODOLOGIAS, TECNOLOGIAS OU INOVAÇÕES QUE MELHOR ATENDAM ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

6.7. A elaboração de projetos de engenharia tem se beneficiado de diversas novas metodologias, tecnologias e inovações. Essas ferramentas visam otimizar o processo, aumentar a eficiência, garantir a transparência e reduzir custos.

6.7.1. Metodologias e tecnologias:

6.7.1.1. Inteligência Artificial (IA) e Machine Learning:

- A IA pode ser utilizada para análise de dados de projetos passados para melhorar a precisão de estimativas de custos e prazos, otimizar o cronograma de obras, identificar riscos e até mesmo auxiliar no controle de qualidade através da análise de imagens e vídeos.

6.7.1.2. Drones:

- O uso de drones e câmeras de alta resolução permite o monitoramento remoto do andamento das obras, facilitando a identificação de problemas e o acompanhamento do progresso.
- Sensores e dispositivos IoT podem ser utilizados para monitorar a qualidade dos materiais, as condições do ambiente e o desempenho dos equipamentos.

6.7.1.3. Realidade Virtual (RV) e Realidade Aumentada (RA):

- Ferramentas de RV permitem a visualização imersiva dos projetos antes da construção, facilitando a tomada de decisões e a comunicação com os stakeholders. A RA pode auxiliar em atividades de inspeção e manutenção, sobrepondo informações digitais ao mundo real.

6.7.1.4. Internet das Coisas:

- Sensores conectados podem monitorar diversos aspectos das obras, como condições climáticas, umidade, temperatura, vibrações e até mesmo a movimentação de equipamentos e materiais, fornecendo dados em tempo real para otimizar a gestão e aumentar a segurança.

6.7.1.5. Impressão 3D:

- Embora ainda em desenvolvimento e com aplicações específicas, a impressão 3D tem o potencial de revolucionar a construção, permitindo a fabricação de componentes complexos sob demanda, reduzindo o desperdício de materiais e, em alguns casos, acelerando a construção.

6.7.2. É importante ressaltar que a escolha das ferramentas e tecnologias adequadas deve levar em consideração as necessidades específicas de cada contrato e as características da Administração Pública.

MERCADO FORNECEDOR

6.8. Quanto ao mercado fornecedor, não se vislumbram dificuldades quanto à disponibilidade de empresas aptas à realizar o serviço.

6.8.1. A título de exemplo, em consulta realizada ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, na data de 11 de fevereiro de 2026, verificou-se que apenas na cidade de Belém-PA, existem para a linha de fornecimento CATSER 20060: "Elaboração / análise projeto - Engenharia", mais de 100 (cem) empresas cadastradas aptas à possível contratação, conforme Relatório constante no anexo deste ETP.

7. Descrição da solução como um todo

OBJETIVO

7.1. A solução pretende viabilizar a continuidade da obra de reforma da sede regional da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Pará (SPRF-PA) - BR-316 km 0, decorrente da falta de recursos humanos no Departamento de Polícia Rodoviária Federal para elaborar peças técnicas de engenharia e atender às demandas da Infraestrutura Predial-PA.

ESCOPO

7.2. Utilizando como base as especificações técnicas descritas nos itens 2.5 e 2.6 deste ETP:

CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO

ETAPAS DO SERVIÇO	DOCUMENTO(S) TÉCNICO(S) A SER(EM) PRODUZIDO(S)	PRAZO DE ENTREGA	VALOR
1ª ETAPA	Levantamento topográfico e cadastral: Planta topográfica Memorial descritivo Relatório Técnico topográfico Furo de sondagem: Relatório de sondagem Como construído (as built): Desenhos Textos	60 dias da data informada na Ordem de Serviço a ser emitida pela fiscalização contratual	50,53% do valor da proposta
2ª ETAPA	Anteprojeto de engenharia	60 dias do recebimento provisório da 1ª etapa	21,74% do valor da proposta
3ª ETAPA	Projeto básico	30 dias do recebimento provisório da 2ª etapa	10,85% do valor da proposta
4ª ETAPA	Projeto executivo Alvará de obra Licença (ou dispensa) ambiental	30 dias do recebimento provisório da 3ª etapa	17,11% do valor da proposta

7.2.1. Previamente ao início da execução de cada etapa, a Contratada deverá encaminhar à Fiscalização Técnica do contrato o(s) documento(s) de responsabilidade técnica (ART ou RRT) relativos aos elementos e/ou peças técnicas a serem produzidos.

DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

1ª ETAPA

7.2.2. Caberá a Contratada realizar o **levantamento topográfico e cadastral** do terreno da sede regional da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Pará (SPRF-PA) - BR-316 km 0, de acordo com a ABNT NBR 13133:

DOCUMENTOS TÉCNICOS A SEREM PRODUZIDOS

7.2.2.1. Planta topográfica (item 9.2 da NBR 17047:2022);

7.2.2.2. Memorial descritivo (item 9.3 da NBR 17047:2022);

7.2.2.3. Relatório técnico topográfico (item 5.8 da NBR 13133:2021).

7.2.3. Caberá a Contratada realizar 1 (um) **furo de sondagem** nas proximidades da edificação da nova guarita (no meio da passagem que dá acesso à BR-316), conforme procedimento da ABNT NBR 6484:2020 (Solo — Sondagem de simples reconhecimento com SPT — Método de ensaio).

DOCUMENTO TÉCNICO A SER PRODUZIDO

7.2.3.1. Relatório de sondagem (item 7.2 da NBR 6484:2020).

7.2.4. Caberá a Contratada elaborar o **como construído (as built)** da obra de reforma da sede regional da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Pará (SPRF-PA) - BR-316 km 0.

7.2.4.1. De acordo com a definição dada pela Resolução CAU/BR nº 51, de 2013:

3.1. Como construído (as built): atividade técnica que, durante e após a conclusão de obra ou serviço técnico, consiste na revisão dos elementos do projeto em conformidade com o que foi executado, objetivando tanto sua regularidade junto aos órgãos públicos como sua atualização e manutenção.

DOCUMENTOS TÉCNICOS A SEREM PRODUZIDOS

7.2.4.2. **Informações técnicas a produzir:** desenhos técnicos e relatórios que representam a forma real como a obra foi construída, salientando as diferenças entre os projetos elaborados e a forma executada.

7.2.4.3. **Desenhos:**

7.2.4.3.1. planta geral de implantação;

7.2.4.3.2. planta de terraplenagem;

7.2.4.3.3. cortes de terraplenagem;

7.2.4.3.4. planta baixa dos pavimentos;

7.2.4.3.5. plantas das coberturas;

7.2.4.3.6. cortes (longitudinais e transversais);

7.2.4.3.7. elevações (frontais, posteriores e laterais);

7.2.4.3.8. detalhes executivos.

7.2.4.4. **Textos:**

7.2.4.4.1. memorial descritivo da edificação;

7.2.4.4.2. memorial descritivo dos elementos da edificação, das instalações prediais, dos componentes construtivos e dos materiais de construção;

7.2.4.4.3. perspectivas (interiores ou exteriores, parciais ou gerais).

2ª ETAPA

7.2.5. Caberá a Contratada elaborar o **anteprojeto de engenharia** da obra de reforma da sede regional da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Pará (SPRF-PA) - BR-316 km 0.

7.2.5.1. De acordo com a definição contida na IBRAOP OT – IBR 006/2016:

Anteprojeto de engenharia é a representação técnica da opção aprovada em estudos anteriores, para subsidiar a elaboração do Projeto Básico, apresentado em desenhos em número, escala e detalhes suficientes para a compreensão da obra planejada, contemplando especificações técnicas, memorial descritivo e orçamento estimativo, e deve ser elaborado como parte da sequência lógica das etapas que compõem o desenvolvimento de uma obra, precedido obrigatoriamente de estudos preliminares, programa de necessidades e estudo de viabilidade.

DOCUMENTO TÉCNICO A SER PRODUZIDO

3ª ETAPA

7.2.6. Caberá a Contratada elaborar o **projeto básico** da obra de reforma da sede regional da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Pará (SPRF-PA) - BR-316 km 0 (observar o item 5. CONTEÚDO TÉCNICO da IBRAOP OT – IBR 001/2006).

7.2.6.1. De acordo com a definição contida na IBRAOP OT - IBR 001/2006:

Projeto Básico é o conjunto de desenhos, memoriais descritivos, especificações técnicas, orçamento, cronograma e demais elementos técnicos necessários e suficientes à precisa caracterização da obra a ser executado, atendendo às Normas Técnicas e à legislação vigente, elaborado com base em estudos anteriores que assegurem a viabilidade e o adequado tratamento ambiental do empreendimento.

Deve estabelecer com precisão, através de seus elementos constitutivos, todas as características, dimensões, especificações, e as quantidades de serviços e de materiais, custos e tempo necessários para execução da obra, de forma a evitar alterações e adequações durante a elaboração do projeto executivo e realização das obras.

DOCUMENTO TÉCNICO A SER PRODUZIDO

7.2.6.2. Projeto básico.

4ª ETAPA

7.2.7. Caberá a Contratada a elaboração do **projeto executivo** da obra de reforma da sede regional da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Pará (SPRF-PA) - BR-316 km 0.

7.2.7.1. De acordo com a definição contida na IBRAOP OT – IBR 008/2020:

O projeto executivo constitui-se de projeto básico (conforme OT - IBR 001/2006) acrescido de detalhes construtivos necessários e suficientes para a perfeita instalação, montagem e execução dos serviços e obras, elaborado de acordo com as normas técnicas pertinentes e sem alterar o projeto básico, inclusive seus quantitativos, orçamento e cronograma.

DOCUMENTO TÉCNICO A SER PRODUZIDO

7.2.7.2. Projeto executivo (observar o item 5. ELEMENTOS TÉCNICOS POR TIPO OBRA da IBRAOP OT – IBR 008/2020).

7.2.8. Caberá a Contratada obter junto à Prefeitura Municipal de Belém-PA o **Alvará de obra**, arcando com as respectivas taxas, e cuja validade deverá compreender, no mínimo, todo o período previsto para a execução da futura reforma.

7.2.9. Caberá a Contratada obter junto ao órgão municipal competente a **Licença ambiental (ou sua dispensa)** arcando com as respectivas taxas, para viabilizar a futura obra de reforma.

7.3. Os projetos devem ser elaborados utilizando-se da ferramenta **Building Information Modelling - BIM**, de acordo com o DECRETO Nº 10.306, DE 2 DE ABRIL DE 2020 (alterado pelo **Decreto nº 11.888/2024**) e DECRETO Nº 11.888, DE 22 DE JANEIRO DE 2024.

7.3.1. De acordo com o art. 4º do DECRETO Nº 10.306/2020 (alterado pelo **Decreto nº 11.888/2024**):

Fases de implementação

Art. 4º A implementação do BIM ocorrerá de forma gradual, obedecidas as seguintes fases:

(...)

II - segunda fase - a partir de 1º de janeiro de 2024, o BIM deverá ser utilizado na execução direta ou indireta de projetos de arquitetura e engenharia e na gestão de obras, referentes a construções novas, reformas, ampliações ou reabilitações, **quando consideradas de grande relevância para a disseminação do BIM**, nos termos do disposto no art. 10, e abrangerá, no mínimo:

- a) os usos previstos na primeira fase;
- b) a orçamentação, o planejamento e o controle da execução de obras; e
- c) a atualização do modelo e de suas informações como construído (as built), para obras cujos projetos de arquitetura e engenharia tenham sido realizados ou executados com aplicação do BIM;

7.3.2. Sendo a sede de uma força de segurança nacional (PRF), a obra se enquadra na estratégia de modernização da infraestrutura pública federal, servindo como projeto-piloto para a regional.

7.3.3. A contratação não visa apenas o projeto de arquitetura, mas a criação de um modelo de informação que servirá para a gestão da operação e manutenção (BIM 6D/7D) do edifício ao longo de sua vida útil. Isso justifica a relevância estratégica: o modelo digital gerado agora será a base de dados para todas as futuras intervenções no imóvel.

7.3.4. A Contratada deverá elaborar todos os projetos em **metodologia BIM**, garantindo a interoperabilidade de dados e seguindo os padrões de acessibilidade da **NBR 9050/2020** e da **Lei nº 13.146/2015**.

QUADRO DE PROFISSIONAIS

7.4. Para a perfeita execução do serviço, a Contratada deverá contar com o seguinte quadro de profissionais:

7.4.1. 01 (um) **engenheiro civil** ou **arquiteto**, com uma jornada equivalente à 20 horas semanais;

7.4.2. 01 (um) **topógrafo** com uma jornada equivalente à 20 horas semanais;

7.4.3. 01 (um) **servente de obras** com uma jornada equivalente à 44 horas semanais;

7.4.4. 01 (um) **técnico em sondagem** com uma jornada equivalente à 20 horas semanais;

7.4.5. 01 (um) **técnico de edificações ou construção civil** com uma jornada equivalente à 20 horas semanais.

PRAZO DE VIGÊNCIA

7.5. O contrato terá **prazo de vigência de 12 (doze) meses**, contados de sua assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

DA CONTRATAÇÃO

7.6. Pelas características do objeto, a contratação deverá ser realizada por licitação na modalidade concorrência, na forma eletrônica, pelo critério de julgamento técnica e preço, pelo regime de execução por empreitada por preço global, com mão de obra sem dedicação exclusiva, de natureza não continuada (por escopo).

DA EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL

7.7. A execução do objeto contratual deverá ser realizada no prazo máximo de **180 (sessenta) dias**, na forma do item 7.2 supra.

7.8. Os serviços de campo serão executados no seguinte endereço:

7.8.1. Sede regional da SPRF-PA: BR-316 km 0, Castanheira, Belém - PA. CEP 66645-000. Coordenadas -1.408653, -48.435050.

TERMOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

7.9. Previamente à finalização da execução contratual, o projeto executivo descrito no item 7.2 deste ETP deve ser elaborado conforme preconizam as normas técnicas da ABNT e legislação correlata, e deve ser entregue devidamente assinados pelo(s) responsável(is):

7.9.1. em formato físico, a ser entregue no setor de Infraestrutura Predial-PA, localizado na BR-316, km 0, Castanheira, Belém - PA, por trás do DNIT. CEP 66.617-420; e

7.9.2. em formato digital, em sua versão final e editável, através de envio ao e-mail **aip.pa@prf.gov.br**.

7.10. Além do disposto supra, a Contratada e a Contratante celebrarão Termo de Cessão de Direitos Patrimoniais do Projeto, conforme modelo a ser disponibilizado no Termo de Referência.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. Será contratada empresa de engenharia para elaborar o "como construído" (as built), o anteprojeto de engenharia, o projeto básico e o projeto executivo para viabilizar a finalização da obra de reforma da sede regional da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Pará (SPRF-PA) - BR-316 km 0, de acordo com os quantitativos de serviços descritos no item 7.2 deste ETP.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE SERVIÇO	CATSER	QUANTIDADE
1	Elaboração do como construído (as built), do anteprojeto de engenharia, do projeto básico e do projeto executivo para viabilizar a finalização da obra de reforma da sede regional da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Pará (SPRF-PA) - BR-316 km 0	unidade	20060	1

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 294.639,10

9.1. O valor da contratação é estimado em **R\$ 294.639,10** (duzentos e noventa e quatro mil seiscentos e trinta e nove reais e dez centavos), pormenorizado em Nota Técnica, apêndice do presente ETP.

9.2. Quanto à variações de quantidade do orçamento básico que fundamentou o preço de referência:

9.2.1. Erros ou omissões unitários de quantidade de até 10% (dez por cento) sobre o orçamento base da licitação não serão objeto de revisão ou de termos aditivos ao contrato, mantendo-se o valor global inicialmente acordado.

9.2.2. Caso sejam identificadas variações superiores a 10% (dez por cento) nas quantidades previstas para itens de maior valor e relevância técnica, será analisada a necessidade de termos aditivos, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

9.3. Quanto à metodologia de avaliação:

9.3.1. Os itens de maior valor e relevância técnica serão avaliados conforme a metodologia ABC, priorizando a gestão e controle dos itens mais críticos para a execução do contrato.

9.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. A regra a ser observada pela Administração Pública nas contratações é a do parcelamento do objeto, mas é imprescindível que sua divisão seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala.

10.2. Haverá parcelamento da solução e, portanto, licitação por item, sempre que o objeto for divisível e tal decisão assegure:

10.2.1. Não haver perda de economia de escala;

10.2.2. Ser possível e conveniente a execução simultânea;

10.2.3. Haver controle individualizado da execução de cada contratado.

10.3. Na presente contratação, **optou-se pelo não parcelamento em itens**, conforme justificado a seguir:

10.3.1. Indivisibilidade e integridade técnica do objeto:

- Encadeamento lógico: o objeto compreende etapas sucessivas e interdependentes: levantamento "as built", anteprojeto, projeto básico e projeto executivo.. A fragmentação dessas etapas entre empresas distintas geraria um

risco de descontinuidade e incompatibilidade técnica, pois o sucesso do projeto executivo depende integralmente da precisão do levantamento do que já foi construído pela empresa anterior;

- Unidade de responsabilidade: o parcelamento fragmentaria a responsabilidade técnica (ART/RRT/TRT). Caso ocorram falhas ou vícios no projeto final, a divisão em itens dificultaria a identificação do responsável (se o erro foi no levantamento inicial ou na concepção do projeto), o que é prejudicial à Administração e à segurança estrutural da obra.

10.3.2. Viabilidade e eficiência administrativa:

- Complexidade e escala: tratando-se da reforma de um edifício de apenas um pavimento, a complexidade técnica não justifica a divisão em lotes., O parcelamento em itens para um objeto de médio porte (estimado em R\$ 294.639,10) não geraria economia de escala, mas sim um incremento desproporcional nos custos de gestão e fiscalização contratual, uma vez que a Administração teria que gerenciar múltiplos contratos para um mesmo espaço físico;
- Súmula 261 do TCU: a contratação unificada é a via mais segura para cumprir a orientação de evitar o pagamento em duplicidade (bis in idem). Uma única empresa terá a visão sistêmica necessária para dimensionar exatamente o remanescente da obra, garantindo que o novo orçamento reflita apenas o que falta executar.

10.3.3. Realidade do mercado fornecedor

- Capacidade individual: o levantamento de mercado e a consulta ao SICAF demonstraram que existe um número suficiente de empresas de engenharia e arquitetura aptas a executar a solução completa individualmente;
- Simplicidade de gestão: a manutenção de um contrato único permite que a contratada mantenha um preposto e uma equipe técnica unificada, facilitando a comunicação e o cumprimento das rotinas estabelecidas no Termo de Referência.

10.4. O parcelamento do objeto é tecnicamente inviável devido à natureza interdependente das etapas (*as built*, anteprojeto e projetos), onde a responsabilidade técnica unificada é essencial para evitar conflitos de atribuição e garantir a compatibilidade entre o levantamento do remanescente e a nova solução projetada. Economicamente, a divisão do objeto em itens não produziria ganho de escala, dada a natureza do serviço (projeto de arquitetura e engenharia para um único prédio administrativo), e resultaria em custos administrativos excessivos de gestão para a Administração Pública, contrariando o princípio da eficiência.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Por definição, contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal. A Instrução Normativa nº 3, de 11 de fevereiro de 2015, traz no inciso XII do art. 2º, o conceito e alguns exemplos de serviços correlatos ao agenciamento de passagens aéreas - transportes terrestres e aquaviários, aluguel de veículos, hospedagem, seguro de viagem, dentre outros. Já as contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas juntamente com o objeto principal para sua completa prestação.

11.2. Contratações correlatas:

11.2.1. Processo SEI/PRF 08652.007451/2021-48, obra de reforma da sede regional da SPRF-PA - BR-316 km 0.

11.3. Contratações interdependentes:

11.3.1. Não se aplica.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. O procedimento licitatório ora iniciado, está alinhado com os Indicadores Estratégicos da PRF 2024-2025:

12.1.1. Processos de suporte:

12.1.1.1. OBE 02: Prover recursos, infraestrutura e soluções tecnológicas inovadoras:

Indicadores:

a) IDE-39: Adequação das Instalações Físicas;

b) IDE-43: Execução Orçamentária.

12.2. O objeto a ser contratado está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) **ID PCA no PNCP:** 00394494010441-0-000028/2026

II) **Data de publicação no PNCP:** 16/12/2025

III) **Id do item no PCA:** 14

IV) **Classe/Grupo:** 831 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA E DE GERÊNCIA/GESTÃO

V) **Identificador da Futura Contratação:** 200111-26/2026

PLANO DIRETOR DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL (PLS)

12.3. De acordo com o parágrafo primeiro, do artigo 8º da Portaria SEGES/ME Nº 8.678, de 19 de julho de 2021, que versa sobre a governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional:

§ 1º O PLS deverá nortear a elaboração:

I - do Plano de Contratações Anual;

II - dos estudos técnicos preliminares; e

III - dos anteprojetos, dos projetos básicos ou dos termos de referência de cada contratação. (*meus grifos*)

12.4. O Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) é uma ferramenta de gestão e planejamento que permite estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização dos gastos e processos administrativos.

12.5. O PLS é estruturado em programas, iniciativas e metas de curto e médio prazos.

12.6. Tem como objetivo principal estabelecer diretrizes e um conjunto de programas para a inserção de atributos de sustentabilidade na gestão da logística, visando reduzir impactos socioambientais negativos.

12.7. Atualmente, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal ainda não possui um PLS, porém o instrumento está sendo elaborado através de sua Diretoria de Administração (DIAD).

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. Com esta contratação, pretende-se alcançar os seguintes objetivos:

13.1.1. Contratar os serviços descritos neste ETP ao menor preço, com a qualidade e quantidade suficientes ao atendimento da demanda;

13.1.2. Zelar pelo bom andamento da execução da obra de reforma da sede regional da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Pará (SPRF-PA);

13.1.3. Melhorar as condições laborais dos servidores da Polícia Rodoviária Federal que atuam na atual edificação;

13.1.4. Melhorar a qualidade de prestação dos serviços finalísticos da Instituição à população;

13.1.5. Providenciar a correta destinação dos recursos públicos a serem utilizadas na futura obra.

13.2. Quanto ao controle da aferição dos resultados desta contratação, será utilizado o Instrumento de Medição do Resultado (IMR), conforme modelo a ser anexado ao Termo de Referência, em atendimento à IN SEGES/MP nº 05/2017, Anexos V-B e VIII-A.

14. Providências a serem Adotadas

LICENCIAMENTO AMBIENTAL (OU DISPENSA)

14.1. Caberá à Contratada a obtenção do devido licenciamento ambiental (ou sua dispensa) da execução de seus serviços, caso exigido.

14.2. Deverão ser seguidas as orientações contidas no sítio eletrônico: <https://portal-dos-atos-autorizativos.semas.pa.gov.br/consultas-semas-pa+como-me-licenciar+61ba42eef41fbf069eefaac2>.

fonte: Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS-PA). Portal dos Atos Autorizativos. Como me licenciar. Acesso em 11/02/2026.

ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DA ORGANIZAÇÃO

14.3. Não serão necessárias adequações no ambiente das edificações, visto os serviços serem realizados fora do ambiente de trabalho dos servidores da PRF, não impactando nos serviços operacionais.

NECESSIDADE DE CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES

14.4. O futuro contrato está orientado para estreitar o relacionamento funcional entre a equipe de fiscalização da SPRF-PA, a empresa contratada e os usuários. Os servidores da SPRF-PA poderão ser indicados a fazer parte da comissão de fiscalização do contrato.

14.5. A capacitação dos servidores para atuarem na fiscalização contratual é demanda constante nos órgãos públicos, sendo que todos os anos são oferecidas capacitações neste sentido em atendimento à orientações dos órgãos de controle e da legislação. A SPRF-PA, em consonância ao disposto, sempre oferece a capacitação aos servidores da equipe, seja por meio de cursos presenciais com financiamento próprio ou por meio da capacitação global por meio da EVG, que oferece cursos relacionados.

14.6. Caberá à chefia imediata a capacitação dos servidores que atuarão na Fiscalização e Gestão Contratual da presente contratação, possibilitando acesso à cursos sobre o tema, gratuitos ou financiados pelo DPRF.

14.7. Na indicação dos servidores que atuarão na Fiscalização e Gestão Contratual, deverão ser considerados a compatibilidade com as atribuições do cargo, a complexidade da fiscalização, o quantitativo de contratos por servidor e a sua capacidade para o desempenho das atividades.

PROVIDÊNCIAS COMPLEMENTARES

14.8. Após a confecção deste Estudo Técnico Preliminar, serão elaborados a Matriz de Gerenciamento de Riscos e o Termo de Referência, que em caso de aprovação pela autoridade competente, viabilizará a licitação do objeto pela modalidade concorrência.

14.9. Todas as solicitações e informações referentes ao objeto da contratação deverão ser repassadas ao Fiscal do Contrato /Equipe de Fiscalização para que ele(s) tenha(m) ciência das ocorrências e assim possa(m) garantir e exigir da contratada a devida execução/correção do fornecimento.

14.10. A SPRF-PA dispõe de servidores portariados para o exercício da função de AIP - Agente de Infraestrutura Predial (SEI nº 70520208), que fornecerão apoio técnico aos fiscais, quando demandados para tanto.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. Não se vislumbram impactos ambientais na elaboração de peças técnicas de obras e serviços de engenharia, visto serem atividades predominantemente intelectuais.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1. Diante de todo o exposto neste Estudo Técnico Preliminar, a solução mais viável para o atendimento da demanda é a contratação de empresa de engenharia para elaboração do como construído (*as built*), do anteprojeto de engenharia, do projeto básico e do projeto executivo para viabilizar a finalização da obra de reforma da sede regional da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Pará (SPRF-PA) - BR-316 km 0, que pelas características do objeto, a contratação deverá ser realizada por licitação na modalidade concorrência, na forma eletrônica, pelo critério de julgamento técnica e preço, pelo regime de execução empreitada por preço global, com mão de obra sem dedicação exclusiva, de natureza não continuada (por escopo).

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

DELANO GONCALVES DE BARROS

Integrante Requisitante e Técnico



Assinou eletronicamente em 16/04/2026 às 08:41:58.

CLAUDIO DA CUNHA FREIRE

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 23/04/2026 às 10:56:08.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Indicadores Estratégicos 2024.2025.pdf (401.51 KB)
- Anexo II - Consulta SICAF 20060 - Belém.pdf.pdf (83.19 KB)
- Anexo III - Nota Técnica 3.2026.pdf (276.8 KB)

INDICADORES ESTRATÉGICOS

2024 - 2025



Brasília
2023

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL INDICADORES E METAS - 2024 a 2025 PROCESSOS FINALÍSTICOS																				
TEMA ESTRATÉGICO	POLÍTICAS PÚBLICAS	RESULTADOS INSTITUCIONAIS	CÓDIGO DO INDICADOR	INDICADORES DE RESULTADOS INSTITUCIONAIS	METAS 2024	METAS 2025	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	CÓDIGO DO INDICADOR	INDICADORES DE OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	FÓRMULA	GLOSSÁRIO	FONTE DE DADOS	POLARIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	MONITORAM ENTO MJSP	LINHA DE BASE	METAS 2024	METAS 2025	META CUMULATIVA DE UM ANO PARA O OUTRO	REGIONALIZAR
SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	POLÍTICA DE SEGURANÇA VIÁRIA NAS RODOVIAS FEDERAIS	Redução da violência no trânsito nas rodovias federais	IDE-01	Taxa de Mortalidade em Sinistros de Trânsito nas Rodovias Federais FÓRMULA: Somatório de mortos em acidentes de trânsito dividido pelo Somatório de veículos da frota, multiplicado por 10.000 (dez mil) -GLOSSÁRIO- Frota: frota nacional mensal divulgada pelo SENATRAN	0,3945 polaridade negativa	0,3576 polaridade negativa	OBE 06 - Potencializar ações de educação para o trânsito	IDE-04	Pessoas alcançadas em atividade de educação para o trânsito	Somatório de pessoas alcançadas em atividades de educação para o trânsito realizadas	Atividades de educação para o trânsito: são aquelas planejadas com base em estudos de sinistralidade e executadas no âmbito da educação para o trânsito	ROD/ANALYTICS	POSITIVA	PESSOAS	SIM	Meta 2023: 2.000.000	2.126.142	2.232.449	NÃO	SIM
							OBE 07 - Intensificar a fiscalização e o policiamento ostensivo	IDE-05	Comandos de segurança viária realizados em rodovias federais	Somatório de comandos de segurança viária realizados em rodovias federais	Comandos de Segurança Viária: ações planejadas de fiscalização local, em ponto fixo sinalizado e por tempo pré determinado, com o propósito específico de prevenção de acidentes, policiamento e fiscalização de enfrentamento a crimes de trânsito e transportes.	ROD/ANALYTICS	POSITIVA	COMANDOS	SIM	Meta 2023: 107.254	110.000	115.500	NÃO	SIM
							IDE-14	Comandos de combate ao excesso de velocidade realizados nos trechos críticos em sinistralidade	Somatório de comandos de combate ao excesso de velocidade realizados nos trechos críticos em sinistralidade	Comando de excesso de velocidade: são ações de policiamento e fiscalização realizadas, em ponto fixo sinalizado, por período de tempo determinado, com o propósito específico de identificar veículos com excesso de velocidade.	ROD/ANALYTICS	POSITIVA	COMANDOS	NÃO	Meta 2023: 7.160	7.160	7.520	NÃO	SIM	
							IDE-15	Comandos de combate à alcoolemia realizados nos trechos críticos em sinistralidade	Somatório de comandos de combate à alcoolemia realizados nos trechos críticos em sinistralidade	Comando de combate à alcoolemia: são ações de policiamento e fiscalização realizadas, em ponto fixo sinalizado, por período de tempo determinado, com o propósito específico de identificar motoristas dirigindo sob a influência de álcool e outras drogas.	ROD/ANALYTICS	POSITIVA	COMANDOS	NÃO	Meta 2023: 4.786	4.786	5.025	NÃO	SIM	
							IDE-16	Comandos de combate à ultrapassagem realizados nos trechos críticos em sinistralidade	Somatório de comandos de combate à ultrapassagem realizados nos trechos críticos em sinistralidade	Comando de Ultrapassagem: são ações de policiamento e fiscalização realizadas, em ponto fixo sinalizado, por período de tempo determinado, com o propósito específico de identificar motoristas praticando ultrapassagem em local proibido.	ROD/ANALYTICS	POSITIVA	COMANDOS	NÃO	Meta 2023: 6.186	6.186	6.495	NÃO	SIM	
							IDE-17	Comandos de combate ao excesso de peso realizados nos trechos críticos em sinistralidade	Somatório de comandos de combate ao excesso de peso realizados nos trechos críticos em sinistralidade	Comando de Excesso de peso: são ações de policiamento e fiscalização realizadas, em ponto fixo sinalizado, por período de tempo determinado, com o propósito específico de identificar veículos trafegando com excesso de peso.	ROD/ANALYTICS	POSITIVA	COMANDOS	NÃO	Meta 2023: 180	2.242	2.353	NÃO	SIM	
							IDE-18	Comandos de fiscalização de motocicletas realizados nos trechos críticos em sinistralidade	Somatório de comandos de fiscalização de motocicletas realizados nos trechos críticos em sinistralidade	Comando de Fiscalização de Motocicletas: são ações de policiamento e fiscalização realizadas, em ponto fixo sinalizado, por período de tempo determinado, com o propósito específico de fiscalizar motocicletas.	ROD/ANALYTICS	POSITIVA	COMANDOS	NÃO	Meta 2023: 34.185	34.185	35.893	NÃO	SIM	
							IDE-19	Comandos de fiscalização da Lei do descanso realizados nos trechos críticos em sinistralidade	Somatório de comandos de fiscalização da Lei do descanso realizados nos trechos críticos em sinistralidade	Comando de Fiscalização da Lei de Descanso: são ações de policiamento e fiscalização realizadas, em ponto fixo sinalizado, por período de tempo determinado, com o propósito específico de fiscalizar o cumprimento da Lei do Descanso pelos motoristas profissionais.	ROD/ANALYTICS	POSITIVA	COMANDOS	NÃO	SEM LINHA DE BASE	2.514	2.642	NÃO	SIM	
							IDE-06	Rondas ostensivas realizadas em rodovias federais	Somatório do tempo de rondas ostensivas realizadas em rodovias federais	Trechos críticos de acidentalidade: extensões fracionadas da malha viária identificadas no rol de quilômetros com alto índice de acidentes de trânsito.	ROD/ANALYTICS	POSITIVA	HORAS	SIM	Meta 2023: 344.000	350.000	367.500	NÃO	SIM	
							OBE 08 - Aprimorar o atendimento de acidentes de trânsito	IDE-07	Tempo de resposta aos sinistros de trânsito	Somatório do tempo de resposta ao sinistro dividido pelo Somatório registros de sinistros de trânsito em rodovias federais	Tempo de resposta a sinistro de trânsito: tempo decorrido entre o acionamento da equipe e sua chegada ao local do acidente	BAT/ANALYTICS	NEGATIVA	MINUTOS	SIM	Meta 2023: 29,50 min	29,13	28,84	NÃO	SIM
IDE-20	LPATs Avaliados	Somatório da quantidade de LPATs Avaliados dividido pelo somatório de LPATs registrados	Laudos Periciais de Acidente de Trânsito (LPATs) Avaliados: Laudo Pericial de Acidente de Trânsito (LPAT) é o documento oficial emitido pela PRF como resultado da perícia administrativa de acidente de trânsito que é realizada por PRF designado para tal. Os LPATs são avaliados por meio de procedimento administrativo denominado Avaliação Gerencial de Laudo Pericial de Acidentes de Trânsito (AGLPAT). Sinistros Graves: são aqueles que tenham como resultado ao menos uma pessoa com lesão corporal grave ou morta.	LPAT/ANALYTICS	POSITIVA	PERCENTUAL	NÃO	META 2023: 3%	5%	5%	NÃO	SIM								

POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL INDICADORES E METAS - 2024 a 2025 PROCESSOS FINALÍSTICOS																				
TEMA ESTRATÉGICO	POLÍTICAS PÚBLICAS	RESULTADOS INSTITUCIONAIS	CÓDIGO DO INDICADOR	INDICADORES DE RESULTADOS INSTITUCIONAIS	METAS 2024	METAS 2025	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	CÓDIGO DO INDICADOR	INDICADORES DE OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	FÓRMULA	GLOSSÁRIO	FONTE DE DADOS	POLARIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	MONITORAM ENTO MJSP	LINHA DE BASE	METAS 2024	METAS 2025	META CUMULATIVA DE UM ANO PARA O OUTRO	REGIONALIZAR
SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	POLÍTICA DE MOBILIDADE NAS RODOVIAS FEDERAIS	Promoção da mobilidade nas rodovias federais.	IDE-02	Tempo médio de duração de interdições totais ou parciais em rodovias federais FÓRMULA: Somatório do tempo decorrido entre o horário de início e o horário de fim da interdição dividido pelo Somatório de interdições em rodovias federais -GLOSSÁRIO- Interdições e Bloqueios: obstruções na via, exceto as causadas por fenômenos da natureza e obras ou defeitos da via.	22h 08m polaridade negativa	21h 02m polaridade negativa	OBE 09 - Fomentar ações preventivas de promoção da mobilidade	IDE-08	Trechos críticos inspecionados	Somatório de trechos críticos inspecionados dividido pelo somatório de trechos críticos registrados, multiplicado por 100 (cem)	Trechos críticos de mobilidade: extensões fracionadas da malha viária elencadas no rol de quilômetros com alto índice de interdições e/ou como sendo corredor logístico.	Banco de Dados do Formulário de Inspeção	POSITIVA	PERCENTUAL	SIM	SEM LINHA DE BASE	100%	100%	NÃO	SIM
				OBE 10 - Intensificar ações responsivas de promoção da livre circulação			IDE-09	Interdições em rodovias federais	Somatório de interdições e bloqueios em rodovias federais	Interdições: impedimento parcial da movimentação de bens e pessoas em vias, exceto os causados por fenômenos da natureza, obras e defeitos na via. Bloqueios: impedimento total da movimentação de bens e pessoas em vias, exceto os causados por fenômenos da natureza, obras e defeitos na via.	PLANOP/ANALYTICS	NEGATIVA	INTERDIÇÕES OU BLOQUEIOS	SIM	2022: 4.758	4.500	4.294	NÃO	SIM	
SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	POLÍTICA DE ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE NAS RODOVIAS FEDERAIS	Intensificação do enfrentamento à criminalidade nas rodovias federais e áreas de interesse da União	IDE-03	Flagrantes interceptados pela PRF FÓRMULA: Somatório de flagrantes interceptados pela PRF -GLOSSÁRIO- Flagrante Interceptado: resultado de ações repressivas de enfrentamento à criminalidade que culminaram na lavratura de Registros de Ocorrências Criminais.	66.806 flagrantes interceptados polaridade positiva	70.146 flagrantes interceptados polaridade positiva	OBE 11 - Potencializar ações de enfrentamento à criminalidade	IDE-10	Comandos de enfrentamento à criminalidade	Somatório de comandos de enfrentamento à criminalidade realizadas	Comandos de Enfrentamento à Criminalidade: ações planejadas de fiscalização local, em ponto fixo sinalizado e por tempo pré determinado, com o propósito específico de prevenção, policiamento e fiscalização de enfrentamento a crimes.	ROD/ANALYTICS	POSITIVA	COMANDOS	SIM	SEM LINHA DE BASE	73.500	77.175	NÃO	SIM
								IDE-21	Pessoas detidas	Somatório de pessoas detidas	Número absoluto do total de detenções realizadas pela PRF	BOP/ANALYTICS	POSITIVA	PESSOAS	SIM	2022: 49.064	50.291	51.517	NÃO	SIM
								IDE-22	Recuperação de veículos	Somatório de veículos recuperados	Número absoluto de veículos recuperados	BOP/ANALYTICS	POSITIVA	VEÍCULOS	SIM	2022: 11.718	12.011	12.304	NÃO	SIM
								IDE-23	Apreensão de cocaína e derivados	Somatório da apreensão de cocaína	Quantidade de Cocaína apreendida	BOP/ANALYTICS	POSITIVA	KG	SIM	2022: 58.207	59.662	61.117	NÃO	SIM
								IDE-24	Apreensão de maconha e derivados	Somatório da apreensão de maconha	Quantidade de Maconha apreendida	BOP/ANALYTICS	POSITIVA	KG	SIM	2022: 557.136	571.064	584.993	NÃO	SIM
								IDE-25	Apreensão de cigarros	Somatório da apreensão de cigarros	Quantidade de Cigarros apreendida	BOP/ANALYTICS	POSITIVA	MAÇOS	SIM	2022: 71.901.171	73.698.700	75.496.230	NÃO	SIM
							OBE 12 - Intensificar o enfrentamento a crimes ambientais	IDE-11	Comandos de enfrentamento a crimes ambientais	Somatório de comandos de enfrentamento a crimes ambientais realizados	Comandos de Enfrentamento aos Crimes Ambientais: ações planejadas de fiscalização local, em ponto fixo sinalizado e por tempo pré determinado, com o propósito específico de prevenção, policiamento e fiscalização de enfrentamento a crimes contra a fauna, a flora, o ordenamento urbano, o patrimônio cultural, a administração ambiental e crimes de poluição.	ROD/ANALYTICS	POSITIVA	COMANDOS	SIM	2022: 2.491	3.150	3.308	NÃO	SIM
								IDE-27	Apreensão de madeira	Somatório de madeira apreendida.	Quantidade de Madeira apreendida	BOP/ANALYTICS	POSITIVA	METROS CUBICOS	NÃO	2022: 39.809	40.804	41.799	NÃO	SIM
							OBE 13 - Otimizar o policiamento orientado por inteligência	IDE-12	Eficiência em ações de enfrentamento à criminalidade	Somatório de CAIs de alta probabilidade que geraram Registro de Ocorrência Criminal dividido pelo Somatório de CAIs de alta probabilidade fornecida, multiplicado por 100 (cem).	CAI: Comunicados de Aplicação Imediata, com alta probabilidade de ocorrência criminal, fornecido pela área de inteligência à área de operações.	ROD/ANALYTICS	POSITIVA	PERCENTUAL	SIM	2023:-	46,52	46,99	NÃO	NÃO
								IDE-28	Eficiência do Sistema Alerta Brasil	Somatório do número de faixas monitoradas pelo Sistema Alerta Brasil	Sistema Alerta Brasil: sistema que tem por finalidade aumentar a assertividade das abordagens policiais; aumentar a segurança do efetivo policial quanto na realização de abordagens; reduzir os índices de criminalidade, principalmente aqueles referentes a roubo e furto de veículos, roubo de carga, contrabando, descaminho, tráfico de entorpecentes, armas e pessoas; desenvolver histórico mais concreto de dados estatísticos para formulação de estratégias institucionais; permitir o levantamento de histórico de passagem de veículo nos pontos fixos de monitoramento, por meio de acompanhamento ininterrupto (24h/7d), e a indicação de veículos com características de cometimento de ilícitos.	BI/PLANILHA DE CONTROLE	POSITIVA	FAIXAS	NÃO	2023: 20.000	24.000	28.000	SIM	SIM
							OBE 14 - Intensificar ações de garantia e promoção dos Direitos Humanos	IDE-13	Pessoas alcançadas em ações de garantia e promoção dos direitos humanos	Somatório de pessoas alcançadas em ações de garantia e promoção dos direitos humanos	Ação de garantia e promoção dos direitos humanos: campanhas educativas, operações e intervenções de enfrentamento a crimes contra os Direitos Humanos.	ROD/ANALYTICS	POSITIVA	PESSOAS	SIM	2023:-	216.664	227.497	NÃO	SIM

<div> <div>POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL</div> <div>INDICADORES E METAS - 2024 a 2025</div> <div>PROCESSOS DE SUPORTE</div> </div>																
TEMA ESTRATÉGICO	POLÍTICAS PÚBLICAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	ÁREA TEMÁTICA PRINCIPAL	CÓDIGO DO INDICADOR	INDICADORES	FÓRMULA	GLOSSÁRIO	FONTE DE DADOS	POLARIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	MONITORAMENTO MJSP	LINHA DE BASE	METAS 2024	METAS 2025	META CUMULATIVA DE UM ANO PARA O OUTRO	REGIONALIZAR
PESSOAS	POLÍTICA DE FORTALECIMENTO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	OBE 01 - Fomentar o bem-estar, o desenvolvimento de competências, a disciplina e o desempenho dos servidores	DGP	IDE-29	Servidores Assistidos em Ações de Saúde Integral	Somatório dos servidores assistidos pelas ações de saúde integral dividido pelo somatório total de servidores da PRF, multiplicado por 100 (cem)	Saúde Integral: saúde determinada por amplas dimensões, de cunho biopsicossocial e espiritual, a qual leva em conta a interdependência dos fatores físicos, mentais, sociais, espirituais e ambientais, caracterizando um estado de completo bem-estar, e não apenas a ausência de doenças.	Sistemas: PRFSAúde, SIAPE e Anuário de Saúde na PRF	POSITIVA	Percentual	SIM	2023-60%	70%	80%	NÃO	NÃO
			DGP	IDE-30	Satisfação dos Servidores com as Ações de Saúde Integral	Somatório dos servidores que avaliaram as ações de saúde integral como Bom ou Ótimo dividido pelo Somatório de servidores que avaliaram as ações de saúde integral, multiplicado por 100 (cem)	Ações de Saúde Integral: para fins desse indicar, são consideradas a Patrulha da Saúde, o Teste de Aptidão Física (TAF), VidaPRF e os atendimentos da Central de Acolhimento e Acompanhamento em Saúde (CAAS)	Sistemas: PRFSAúde, Anuário estatístico de saúde do servidor, formulários de avaliações das ações.	POSITIVA	Percentual	NÃO	2023-80%	82%	84%	NÃO	SIM
			DGP	IDE-31	Mapeamento das competências de funções	Somatório de funções com competências mapeadas dividido pelo somatório total de funções	Competência: pode ser entendido como sendo o conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes (CHA) necessários ao desempenho das funções dos que as pessoas exercem, visando o alcance dos objetivos da instituição. Existe o mapeamento das competências para as funções equivalentes aos DAS-5 e 6. Para fins desse índice, considera-se o mapeamento de competência das carreiras, sendo elas Policial Rodoviário Federal e Plano Especial de Cargos.	Sistema: SIADI	POSITIVA	Percentual	NÃO	não possui	80%	100%	NÃO	NÃO
			UNIPRF	IDE-32	Atualização de Docentes	Somatório de docentes participantes de uma ou mais ações educativas de atualização em docência dividido pelo somatório total de docentes da PRF	Ação educativa de atualização de docência: workshops, encontros pedagógicos internos e externos com a finalidade de atualizar conhecimentos do corpo docente da PRF	Relatórios de coordenação de curso, AVA/LUMEN e SGA.	POSITIVA	Percentual	NÃO	2023-10%	50%	40%	NÃO	NÃO
			UNIPRF	IDE-33	Capacitação em Curso de Atualização Profissional	Somatório do efetivo capacitado em Curso de Atualização Profissional - CAP dividido pelo somatório total do efetivo PRF	Servidor capacitado em CAP: servidor que concluir pelo menos uma das disciplinas disponibilizadas no CAP.	Relatórios de coordenação de curso, AVA/LUMEN e SGA.	POSITIVA	Percentual	NÃO	2023: 33,3%	67%	100%	SIM	SIM
			UNIPRF	IDE-34	Estabelecimento da UnipRF como Escola de Governo	Somatórios dos requisitos executados dividido pelo total de requisitos necessários ao credenciamento junto ao MEC como Escola de Governo.	Requisitos necessários ao credenciamento: Ações para atender aos seguintes critérios: elaboração do PDI, Biblioteca virtual; Biblioteca física; acessibilidade; corpo docente	Relatório da área de especialização/ ESUP/COEN	POSITIVA	Percentual	NÃO	2023: 10%	50%	100%	SIM	NÃO
			UNIPRF	IDE-35	Produção Científica da PRF	Somatório do número publicações de trabalhos científicos produzidos no âmbito da UnipRF.	Publicações: são trabalhos científicos publicados em anais de eventos, artigos publicados em periódico, capítulos de livro publicados, organização de obra publicada ou livro publicado.	Extração de dados do Currículo Lattes	POSITIVA	UNIDADE	NÃO	2023/ 03	6	6	NÃO	NÃO
			CORREGEDORIA	IDE-36	Prevenção Correcional	Somatório de inpeções correcionais realizadas pela Corregedoria em Unidades Operacionais	Inpeções correcionais: é a atividade de Avaliação Gerencial do Serviço realizado presencialmente pela corregedoria nas UOPs Regionais.	Sistema: SiCor	POSITIVA	UNIDADE	NÃO	393	590	658	NÃO	SIM
			CORREGEDORIA	IDE-37	Celeridade para conclusão de Insturções Preliminares Sumárias - IPS	Média do tempo de duração das Instruções Preliminares Sumárias concluídas (dias)	Instruções Preliminares Sumárias: instrução que coleta informações e dados para que a autoridade instauradora faça o juízo de admissibilidade da denúncia.	Sistema e-PAD (CGU)	NEGATIVA	UNIDADE	SIM	2021/2022/2023 : 114	103	97	NÃO	SIM
			CORREGEDORIA	IDE-38	Celeridade para conclusão de Processos Disciplinares Contraditórios	Média do tempo de duração dos Processos Acusatórios concluídos (dias)	Processos Acusatórios: é gênero em que PAD (Processo Administrativo Disciplinar) e SAD (Sindicância Administrativa Disciplinar) são espécies.	Sistema e-PAD (CGU)	NEGATIVA	UNIDADE	SIM	2021/2022/2023 : 800	640	550	NÃO	SIM

POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
INDICADORES E METAS - 2024 a 2025
PROCESSOS DE SUPORTE

TEMA ESTRATÉGICO	POLÍTICAS PÚBLICAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	ÁREA TEMÁTICA PRINCIPAL	CÓDIGO DO INDICADOR	INDICADORES	FÓRMULA	GLOSSÁRIO	FONTE DE DADOS	POLARIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	MONITORAMENTO MJSP	LINHA DE BASE	METAS 2024	METAS 2025	META CUMULATIVA DE UM ANO PARA O OUTRO	REGIONALIZAR
GESTÃO E INOVAÇÃO	POLÍTICA DE FORTALECIMENTO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	OBE 02 - Prover recursos, infraestrutura e soluções tecnológicas inovadoras	DIAD	IDE-39	Adequação das Instalações Físicas	Coefficiente de Adequação da Infraestrutura Predial (CAIP) das unidades operacionais, delegacias, academia nacional PRF e sedes administrativas.	CAIP - coeficiente de Adequação da Infraestrutura Predial no qual são avaliados os ambientes existentes de forma a analisar sua adequação de acordo com o Manual de Infraestrutura Predial - Caderno de ambientes, e a manutenção predial investida de forma a prolongar a vida útil da edificação	Formulário do CAIP	POSITIVA	Percentual	SIM	2023: 45%	50%	55%	SIM	NÃO
				IDE-40	Adequação Logística	Percentual de execução do cronograma do Plano de Modernização Logística	Plano de Modernização Logística: pode ser entendido como o atingimento do cronograma de execução dos respectivos eixos de implementação previstos	SIGEST	POSITIVA	Percentual	SIM	não possui	25%	50%	SIM	NÃO
				IDE-41	Adequação da Frota da PRF	Somatório das viaturas com índices A e B dividido pelo somatório de viaturas do quadro de dotação estabelecido, multiplicado por 100 (cem)	Classificação de viaturas ABCD Quesitos avaliados: Nota da Idade, Nota do KM, Nota do abastecimento e Nota da manutenção. A performance de cada equipamento é avaliada em comparação com o tipo do veículo. São considerados os gastos nos últimos 12 meses. Nota final = (1,5*Nota da idade+2,5*Nota do KM+Nota do abastecimento+Nota da manutenção)/6 intervalo da Nota final → CONCEITO menor ou igual à 2,5 → D menor ou igual à 5,0 → C menor ou igual à 7,5 → B menor ou igual à 10 → A	SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos Sistema Ticket Log (abastecimento e manutenção)	POSITIVA	Percentual	SIM	não possui	70%	80%	NÃO	SIM
		OBE 02 - Prover recursos, infraestrutura e soluções tecnológicas inovadoras	DIAD	IDE-42	Execução da obra da Academia Nacional da PRF	Percentual de Execução da Obra da Academia Nacional da PRF segundo o cronograma físico-financeiro	Cronograma físico-financeiro: acompanhamento dos serviços executados e dos desembolsos realizados	Relatório de medição da obra	POSITIVA	Percentual	SIM	não possui	10%	40%	SIM	NÃO
				IDE-43	Execução Orçamentária	Somatório do orçamento empenhado dividido pelo somatório total do orçamento disponibilizado para a PRF	Execução Orçamentária: Percentual de recursos orçamentários disponibilizados para a PRF que foram efetivamente empenhados.	Tesouro Gerencial	POSITIVA	Percentual	SIM	2022: 99,3% 2023: 81,45% - 08/11/2023	99%	99%	NÃO	SIM
			DTIC	IDE-44	Disponibilidade dos Sistemas da PRF	Somatório do tempo total de disponibilidade dos Sistemas PRF dividido pelo Somatório do tempo total, multiplicado por 100 (cem)	Sistemas da PRF: Tratam-se de sistemas administrativos e operacionais disponibilizados às diversas áreas temáticas, a fim de atender às próprias demandas e às da sociedade. A digitalização dos serviços públicos possibilitam a maior efetividade e qualidade nas entregas institucionais.	Sistema de monitoramento de disponibilidade de sistema: ZABBIX	POSITIVA	Percentual	SIM	2022: 92,8%	95%	97%	NÃO	NÃO
				IDE-45	Disponibilidade dos Sistemas Móveis	Somatório do tempo total de disponibilidade do Sistemas Móveis dividido pelo Somatório do tempo total, multiplicado por 100 (cem)	Sistemas Móveis: solução informatizada capaz de se conectar de forma integrada aos diversos sistemas operacionais da PRF, permitindo que o policial tenha a flexibilidade para realizar consultas e desempenhar as suas funções de fiscalização de uma forma mais ágil e rápida.	Sistema de monitoramento de disponibilidade de sistema: ZABBIX	POSITIVA	Percentual	SIM	2022: 95,3%	97%	98%	NÃO	NÃO
			DTIC	IDE-46	Acesso à Comunicação Crítica Operacional Efetiva	Somatório de servidores com a equipamento que possibilite a comunicação operacional crítica efetiva por meio do radiocomunicação dividido pelo Somatório de servidores da PRF, multiplicado por 100 (cem)	Radiocomunicação: serviço de comunicação crítica da PRF, contingencial, disponibilizado ao efetivo operacional, por meio de infraestrutura e tecnologia tetra.	Sistema específico da área de TIC - PRD	POSITIVA	Percentual	SIM	Out/2023: 60%	70%	80%	NÃO	NÃO
			OBE 03 - Aprimorar a governança e a gestão por resultados	GESTÃO ESTRATÉGICA	IDE-47	Maturidade em Governança e Gestão	Índice Integrado de Governança e Gestão	Índice Integrado de Governança e Gestão: adaptação da metodologia do TCU.	Formulário e Planilha de Resultado	POSITIVA	PERCENTUAL	NÃO	2021: 42,9%	60%	80%	NÃO
		IDE-48			Maturidade em Gestão de Projetos	Avaliação de Maturidade de Gerenciamento em Projetos	Avaliação de Maturidade de Gerenciamento em Projetos: adaptação da metodologia da Darci Prado.	Formulário e Planilha de Resultado	POSITIVA	ESCALA	NÃO	2017: 2,81	3	3,5	NÃO	NÃO
		IDE-49			Execução dos Projetos Estratégicos	Somatório de atividades executadas dividido pelo somatório total de atividades prevista no cronograma	Projeto estratégico: projeto que, devido ao seu porte, complexidade, multidisciplinaridade, impacto e/ou relevância, foi classificado como estratégico pela Diretoria-Geral	SIGEST - SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO ESTRATÉGICA	POSITIVA	PERCENTUAL	SIM	2023: 92,6%	100%	100%	SIM	NÃO
		IDE-50			Mapeamento de Processos Estratégicos	Somatório de processos estratégicos mapeados dividido pelo somatório do total de processos estratégicos	Processos Estratégicos: processo que, devido ao seu porte, complexidade, multidisciplinaridade, impacto e/ou relevância, foi classificado como estratégico pela Diretoria-Geral	SIGEST - SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO ESTRATÉGICA	POSITIVA	PERCENTUAL	NÃO	não possui	50%	80%	NÃO	NÃO
		IDE-51			Serviços Digitais ao Cidadão	Somatório de serviços transformados: dividido pelo somatório do total de serviços ao cidadão passíveis de automação	Serviços ao Cidadão: serviços disponíveis digitalmente ao cidadão Serviços Automatizados: serviços que passaram por transformação digital, otimização e melhorias de processos.	LECOM (Ferramenta CONECTA)	POSITIVA	PERCENTUAL	NÃO	2023: 44%	100%	100%	SIM	NÃO

<div> <div>POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL</div> <div>INDICADORES E METAS - 2024 a 2025</div> <div>PROCESSOS DE SUPORTE</div> </div>																
TEMA ESTRATÉGICO	POLÍTICAS PÚBLICAS	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	ÁREA TEMÁTICA PRINCIPAL	CÓDIGO DO INDICADOR	INDICADORES	FÓRMULA	GLOSSÁRIO	FONTE DE DADOS	POLARIDADE	UNIDADE DE MEDIDA	MONITORAMENTO MJSP	LINHA DE BASE	METAS 2024	METAS 2025	META CUMULATIVA DE UM ANO PARA O OUTRO	REGIONALIZAR
INTEGRAÇÃO		OBE 04 - Aprimorar a articulação e integração interinstitucional	ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL	IDE-52	Captação de Recursos Adquiridos de Emendas Parlamentares ao PLOA.	Somatório dos recursos adquiridos de Emendas Parlamentares dividido pelo somatório de recursos da LOA destinados à PRF	PLOA: Projeto de Lei Orçamentária Anual LOA: Lei Orçamentária Anual	LOA	POSITIVA	PERCENTUAL	NÃO	2022: 11%	10%	12,50%	NÃO	SIM
			DIOP	IDE-53	Operações Conjuntas e Integradas	Somatório de operações conjuntas e integradas realizadas pela PRF com outras instituições	Operações Integradas: operações nas quais a PRF atua com outros órgãos em períodos e horários estabelecidos previamente, cada um dentro de suas competências, buscando maximização dos resultados de cada instituição para a sociedade. Operações Conjuntas: operações nas quais a PRF atua conjuntamente com outros órgãos, em um local previamente estabelecido, podendo ocorrer nas áreas de competência de qualquer dos órgãos participantes e com coordenação conforme o objetivo da Operação.	PLANOP	POSITIVA	UNIDADE	NÃO	2022:310 2023: 226	325	340	NÃO	SIM
COMUNICAÇÃO	POLÍTICA DE FORTALECIMENTO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL	OBE 05 - Fortalecer a imagem e a transparência institucional	COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	IDE-54	Integração com Veículos de Comunicação	Somatório de visitas a veículos de comunicação com veiculações regionais e/ou nacionais.	Veículos de Comunicação: são empresas que trabalham com divulgação de notícias	Formulário e Planilha de Acompanhamento	POSITIVA	UNIDADE	NÃO	não possui	108	216	NÃO	SIM
			COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	IDE-55	Publicações de pautas positivas para a PRF	Somatório de publicações de pautas positivas em veículos de comunicação regionais e/ou nacionais.	Pautas Positivas: publicação de matérias que contribuam para a melhoria da imagem institucional da PRF	Formulário e Planilha de Acompanhamento	POSITIVA	UNIDADE	NÃO	não possui	162	162	NÃO	SIM
			OUIDORIA	IDE-56	Transparência Passiva	Somatório das solicitações respondidas dentro do prazo dividido pelo somatório total de solicitações no SIC	Transparência Passiva: A transparência passiva é a disponibilização de informações mediante solicitação do cidadão.	SIC - Serviço de Informação ao Cidadão	POSITIVA	PERCENTUAL	SIM	não possui	100%	100%	NÃO	NÃO
			CONTROLE INTERNO	IDE-57	Disponibilidade de dados e informações no site da PRF	Somatório de dados e informações públicas disponibilizados e atualizados no site da PRF dividido pelo somatório total de dados e informações legais, multiplicado por 100 (cem)	Dados e informações públicos: aqueles que podem ser usados de forma livre, reutilizados, modificados e redistribuídos por qualquer pessoa. Referência Legal: Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI), Lei nº 13.709 /2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), Decreto nº 11.529/2023 (Sistema de Integridade, Transparência e Acesso à Informação)	Site da PRF	POSITIVA	PERCENTUAL	NÃO	não possui	100%	100%	NÃO	NÃO

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
INDICADORES ESTRATÉGICOS
2024

Metas Regionalizadas - Processos Finalísticos

2024	IDE-01	IDE-02	IDE-03	IDE-04	IDE-05	IDE-06	IDE-07	IDE-08	IDE-09	IDE-10	IDE-11	IDE-12	IDE-13
	Taxa de Mortalidade em Sinistros de Trânsito nas Rodovias Federais	Tempo médio de duração de interdições totais ou parciais em rodovias federais	Flagrantes interceptados pela PRF	Pessoas alcançadas em ações de educação para o trânsito	Comandos de segurança viária	Rondas ostensivas	Tempo de resposta a acidentes de trânsito (média)	Trechos críticos inspecionados	Interdições em rodovias federais	Comandos de enfrentamento à criminalidade	Comandos de enfrentamento a crimes ambientais	Eficiência em ações de enfrentamento à criminalidade	Pessoas alcançadas em ações de garantia e promoção dos direitos humanos
SUPERINTENDÊNCIAS	Mortes por 10 mil veículos	Horas	Registros de ocorrência	Pessoas	Comandos	Horas	Minutos	Percentual	Interdições	Comandos	Comandos	Percentual	Pessoas
Acre	0,002	0,5191	477	3.565	2.546	2.868	29,13	100%	19	1.701	22	NÃO SE APLICA	1.245
Alagoas	0,005	0,1947	772	49.238	994	5.257	29,13	100%	42	664	8	NÃO SE APLICA	370
Amazonas	0,001	0,9436	552	16.618	412	1.971	29,13	100%	24	275	61	NÃO SE APLICA	1.330
Amapá	0,001	0,1459	546	11.670	1.232	1.991	29,13	100%	5	823	58	NÃO SE APLICA	2.280
Bahia	0,037	1,3211	2.810	70.360	6.139	23.623	29,13	100%	356	4.102	100	NÃO SE APLICA	9.856
Ceará	0,010	0,1993	1.428	73.049	1.944	13.296	29,13	100%	36	1.299	110	NÃO SE APLICA	1.342
Distrito Federal	0,010	0,2125	1.760	26.295	1.280	5.700	29,13	100%	31	855	14	NÃO SE APLICA	4.271
Espírito Santo	0,012	0,5055	1.624	49.747	1.014	8.362	29,13	100%	140	677	15	NÃO SE APLICA	34.975
Goiás	0,014	2,2460	2.361	55.777	5.352	12.295	29,13	100%	160	3.576	90	NÃO SE APLICA	5.549
Maranhão	0,017	0,5165	2.180	154.991	1.412	9.359	29,13	100%	64	943	181	NÃO SE APLICA	3.020
Minas Gerais	0,051	0,4063	5.449	91.453	6.778	26.883	29,13	100%	418	4.529	175	NÃO SE APLICA	14.699
Mato Grosso do Sul	0,013	1,6052	4.759	105.258	13.480	19.422	29,13	100%	199	9.007	199	NÃO SE APLICA	4.201
Mato Grosso	0,019	1,7354	3.310	78.727	12.693	14.422	29,13	100%	538	8.481	736	NÃO SE APLICA	5.546
Paraíba	0,013	1,1692	1.963	47.674	2.509	10.418	29,13	100%	155	1.677	211	NÃO SE APLICA	15.575
Paraná	0,010	0,1433	1.839	97.616	793	7.310	29,13	100%	14	530	5	NÃO SE APLICA	4.509
Pernambuco	0,021	0,8953	2.084	231.272	5.198	13.676	29,13	100%	205	3.473	42	NÃO SE APLICA	62.289
Piauí	0,010	0,4801	1.804	52.785	689	11.165	29,13	100%	26	460	44	NÃO SE APLICA	3.382
Paraná	0,039	0,5708	6.147	90.284	8.651	29.204	29,13	100%	533	5.781	24	NÃO SE APLICA	4.003
Rio de Janeiro	0,021	0,3130	4.378	125.594	8.164	28.241	29,13	100%	402	5.455	33	NÃO SE APLICA	8.597
Rio Grande do Norte	0,007	0,1845	1.700	43.478	1.173	8.438	29,13	100%	57	784	20	NÃO SE APLICA	2.530
Rondonia	0,006	1,5556	2.681	189.581	4.532	8.509	29,13	100%	101	3.028	570	NÃO SE APLICA	2.009
Roraima	0,002	0,6641	676	11.282	569	2.593	29,13	100%	14	380	78	NÃO SE APLICA	1.683
Rio Grande do Sul	0,022	0,9466	4.952	164.222	8.332	31.213	29,13	100%	254	5.567	135	NÃO SE APLICA	9.179
Santa Catarina	0,026	1,9440	4.193	69.061	5.190	20.832	29,13	100%	206	3.468	46	NÃO SE APLICA	4.084
Sergipe	0,004	0,1607	908	41.461	1.412	4.153	29,13	100%	18	943	0	NÃO SE APLICA	2.602
São Paulo	0,017	0,5021	4.357	127.674	6.584	24.528	29,13	100%	239	4.400	111	NÃO SE APLICA	6.549
Tocantins	0,005	1,9996	1.096	47.411	930	4.272	29,13	100%	39	621	62	NÃO SE APLICA	991

INDICADORES MONITORADOS PELO MJSP - METAS NACIONAIS ESTABELECIDAS NO PPA, PE MJSP E/OU POLÍTICAS PÚBLICAS

POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL

INDICADORES ESTRATÉGICOS

2024

Metas Regionalizadas - Processos Finalísticos													
2024	IDE-14	IDE-15	IDE-16	IDE-17	IDE-18	IDE-19	IDE-20	IDE-21	IDE-22	IDE-23	IDE-24	IDE-25	IDE-26
	Comandos de combate ao excesso de velocidade realizados nos trechos críticos em sinistralidade	Comandos de combate à alcoolemia realizados nos trechos críticos em sinistralida	Comandos de combate à ultrapassagem realizados nos trechos críticos em sinistralidade	Comandos de combate ao excesso de peso realizados nos trechos críticos em sinistralidade	Comandos de fiscalização de motocicletas realizados nos trechos críticos em sinistralidade	Comandos de fiscalização da Lei do descanso realizados nos trechos críticos em sinistralidade	LPATs Avaliados	Pessoas detidas	Recuperação de veículos	Apreensão de cocaína e derivados	Apreensão de maconha e derivados	Apreensão de cigarros	Apreensão de armas de fogo
SUPERINTENDÊNCIAS	Comandos	Comandos	Comandos	Comandos	Comandos	Comandos	Percentual	Pessoas	Veículos	Quilogramas	Quilogramas	Maços	Unidades
Acre	34	16	25	12	368	22	5%	401	44	2.105	372	149.227	55
Alagoas	81	81	67	36	484	46	5%	584	186	413	406	0	31
Amazonas	38	19	28	108	300	118	5%	529	96	28	811	23.616	31
Amapa	71	63	63	12	268	22	5%	420	88	0	25	0	22
Bahia	574	351	638	274	2.162	286	5%	2.039	1.091	2.252	7.531	5.592.768	163
Ceara	96	165	146	48	1.298	58	5%	1.181	355	1.000	968	311.733	35
Distrito Federal	173	162	83	48	691	58	5%	1.557	314	272	3.428	1.260	33
Espírito Santo	199	89	151	48	1.040	58	5%	1.328	495	58	4.473	101.809	76
Goiás	283	263	239	72	1.175	82	5%	1.927	281	3.388	38.046	2.340.097	104
Maranhao	71	141	254	60	1.081	70	5%	1.837	525	1.801	412	280	85
Minas Gerais	1.450	352	532	144	2.909	154	5%	2.355	774	3.137	14.145	2.033.181	58
Mato Grosso do Sul	149	218	304	156	1.482	166	5%	3.793	712	11.056	215.787	6.358.312	92
Mato Grosso	237	172	462	144	1.484	154	5%	2.938	481	16.164	6.476	165.681	131
Para	60	118	285	36	1.365	46	5%	1.710	372	1.790	807	284.490	127
Paraíba	80	147	105	36	978	46	5%	1.434	459	259	658	673.270	37
Pernambuco	179	261	236	48	1.503	58	5%	1.562	484	266	27.229	3.360.282	66
Piauí	51	114	163	48	1.226	58	5%	1.516	440	1.053	1.710	1.611.717	70
Parana	979	466	428	60	2.605	70	5%	3.975	1.050	2.442	138.290	33.193.826	145
Rio de Janeiro	469	214	300	120	2.006	130	5%	3.244	1.493	1.351	19.748	1.413.294	232
Rio Grande do Norte	71	148	116	60	990	70	5%	1.433	232	1.353	450	404.045	64
Rondonia	86	105	172	60	1.253	70	5%	2.381	339	6.352	798	19.160	134
Roraima	44	112	44	168	371	178	5%	661	134	0	3	9	49
Rio Grande do Sul	650	409	594	144	2.086	154	5%	4.343	580	1.209	23.212	5.183.273	243
Santa Catarina	569	337	400	108	2.518	118	5%	3.677	408	1.379	47.883	5.550.113	106
Sergipe	59	62	80	12	437	22	5%	752	202	55	150	2.393.746	31
Sao Paulo	339	137	73	156	1.580	166	5%	3.047	554	755	28.968	4.325.678	150
Tocantins	68	64	198	24	525	34	5%	892	116	1.179	2.206	5.363	68
NACIONAL	7.160	4.786	6.186	2.242	34.185	2.514	5%	51.517	12.304	61.117	584.993	75.496.230	2.438

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL
INDICADORES ESTRATÉGICOS
2024

Metas Regionalizadas - Processos Finalísticos			
2024	IDE-27	IDE-28	IDE-53
	Apreensão de madeira	Eficácia do Sistema Alerta Brasil	Operações Conjuntas e Integradas
SUPERINTENDÊNCIAS	Metros Cúbicos	Faixas Monitoradas	Operações
Acre	190	4	2
Alagoas	131	41	4
Amazonas	1.040	19	3
Amapa	10	139	5
Bahia	345	1103	22
Ceara	425	6812	3
Distrito Federal	144	931	26
Espirito Santo	189	1095	11
Goias	679	1870	21
Maranhao	4.968	24	6
Minas Gerais	478	1688	30
Mato Grosso do Sul	963	115	4
Mato Grosso	10.308	496	7
Para	7.568	50	5
Paraiba	0	217	11
Pernambuco	247	65	14
Piaui	494	272	14
Parana	93	970	14
Rio de Janeiro	84	1233	30
Rio Grande do Norte	41	189	10
Rondonia	8.945	22	15
Roraima	367	28	4
Rio Grande do Sul	156	1398	9
Santa Catarina	92	713	16
Sergipe	47	35	30
Sao Paulo	384	4452	5
Tocantins	2.416	19	3
NACIONAL	40.804	24.000	325

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

INDICADORES ESTRATÉGICOS

2024

Metas Regionalizadas - Processos de Suporte													
2024	IDE-29	IDE-30	IDE-31	IDE-32	IDE-33	IDE-34	IDE-35	IDE-36	IDE-37	IDE-38	IDE-39	IDE-40	IDE-41
	Servidores Assistidos em Ações de Saúde Integral	Satisfação dos Servidores com as Ações de Saúde Integral	Mapeamento das competências de funções	Atualização de Docentes	Capacitação em Curso de Atualização Profissional - CAP	Estabelecimento da UniPRF como Escola de Governo	Produção Científica da PRF	Prevenção Correcional	Celeridade para conclusão de Instruções Preliminares Sumárias - IPS	Celeridade para conclusão de Processos Disciplinares Contraditórios	Adequação das Instalações Físicas	Adequação Logística	Adequação da Frota da PRF
SUPERINTENDÊNCIAS	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual	Inspeções	Dias	Dias	Percentual	Percentual	Percentual
Acre	NÃO SE APLICA	82%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	67%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	5	103	640	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	70%
Alagoas	NÃO SE APLICA	82%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	67%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	9	103	640	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	70%
Amazonas	NÃO SE APLICA	82%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	67%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	8	103	640	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	70%
Amapa	NÃO SE APLICA	82%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	67%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	5	103	640	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	70%
Bahia	NÃO SE APLICA	82%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	67%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	38	103	640	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	70%
Ceara	NÃO SE APLICA	82%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	67%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	21	103	640	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	70%
Distrito Federal	NÃO SE APLICA	82%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	67%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	6	103	640	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	70%
Espirito Santo	NÃO SE APLICA	82%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	67%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	11	103	640	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	70%
Goias	NÃO SE APLICA	82%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	67%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	26	103	640	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	70%
Maranhao	NÃO SE APLICA	82%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	67%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	17	103	640	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	70%
Minas Gerais	NÃO SE APLICA	82%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	67%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	59	103	640	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	70%
Mato Grosso do Sul	NÃO SE APLICA	82%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	67%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	35	103	640	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	70%
Mato Grosso	NÃO SE APLICA	82%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	67%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	27	103	640	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	70%
Para	NÃO SE APLICA	82%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	67%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	15	103	640	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	70%
Paraíba	NÃO SE APLICA	82%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	67%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	17	103	640	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	70%
Pernambuco	NÃO SE APLICA	82%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	67%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	26	103	640	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	70%
Piauí	NÃO SE APLICA	82%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	67%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	15	103	640	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	70%
Parana	NÃO SE APLICA	82%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	67%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	56	103	640	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	70%
Rio de Janeiro	NÃO SE APLICA	82%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	67%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	35	103	640	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	70%
Rio Grande do Norte	NÃO SE APLICA	82%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	67%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	12	103	640	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	70%
Rondonia	NÃO SE APLICA	82%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	67%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	17	103	640	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	70%
Roraima	NÃO SE APLICA	82%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	67%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	2	103	640	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	70%
Rio Grande do Sul	NÃO SE APLICA	82%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	67%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	53	103	640	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	70%
Santa Catarina	NÃO SE APLICA	82%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	67%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	41	103	640	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	70%
Sergipe	NÃO SE APLICA	82%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	67%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	8	103	640	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	70%
Sao Paulo	NÃO SE APLICA	82%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	67%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	26	103	640	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	70%
Tocantins	NÃO SE APLICA	82%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	67%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	9	103	640	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	70%
NACIONAL	70%	82%	80%	50%	67%	50%	6	599	103	640	50%	25%	70%

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

INDICADORES ESTRATÉGICOS

2024

IDE-53: em processo finalístico

Metas Regionalizadas - Processos de Suporte													
2024	IDE-42	IDE-43	IDE-44	IDE-45	IDE-46	IDE-47	IDE-48	IDE-49	IDE-50	IDE-51	IDE-52	IDE-54	IDE-55
	Execução da obra da Academia Nacional da PRF	Execução Orçamentária	Disponibilidade dos Sistemas da PRF	Disponibilidade dos Sistemas Móveis	Acesso à Comunicação Crítica Operacional Efetiva	Maturidade em Governança e Gestão	Maturidade em Gestão de Projetos	Execução dos Projetos Estratégicos	Mapeamento de Processos Estratégicos	Serviços Digitais ao Cidadão	Captação de Recursos Adquiridos de Emendas Parlamentares ao PLOA	Integração com Veículos de Comunicação	Publicações de pautas positivas para a PRF
	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual	Índice	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual	Visitas	Pautas Positivas
Acre	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	10%	4	6
Alagoas	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	10%	4	6
Amazonas	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	10%	4	6
Amapa	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	10%	4	6
Bahia	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	10%	4	6
Ceara	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	10%	4	6
Distrito Federal	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	10%	4	6
Espírito Santo	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	10%	4	6
Goias	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	10%	4	6
Maranhao	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	10%	4	6
Minas Gerais	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	10%	4	6
Mato Grosso do Sul	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	10%	4	6
Mato Grosso	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	10%	4	6
Para	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	10%	4	6
Paraíba	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	10%	4	6
Pernambuco	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	10%	4	6
Piauí	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	10%	4	6
Parana	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	10%	4	6
Rio de Janeiro	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	10%	4	6
Rio Grande do Norte	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	10%	4	6
Rondonia	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	10%	4	6
Roraima	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	10%	4	6
Rio Grande do Sul	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	10%	4	6
Santa Catarina	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	10%	4	6
Sergipe	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	10%	4	6
Sao Paulo	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	10%	4	6
Tocantins	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	10%	4	6
NACIONAL	10%	99%	95%	97%	70%	60%	3	100%	50%	100%	10%	108	162

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

INDICADORES ESTRATÉGICOS

2024

Metas Regionalizadas - Processos de Suporte		
2024	IDE-56	IDE-57
	Transparência Passiva	Disponibilidade de dados e informações no site da PRF
SUPERINTENDÊNCIAS	Percentual	Percentual
Acre	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Alagoas	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Amazonas	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Amapa	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Bahia	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Ceara	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Distrito Federal	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Espirito Santo	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Goias	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Maranhao	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Minas Gerais	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Mato Grosso do Sul	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Mato Grosso	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Para	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Paraiba	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Pernambuco	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Piauí	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Parana	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Rio de Janeiro	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Rio Grande do Norte	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Rondonia	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Roraima	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Rio Grande do Sul	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Santa Catarina	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Sergipe	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Sao Paulo	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Tocantins	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
NACIONAL	100%	100%

POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
INDICADORES ESTRATÉGICOS
2025

Metas Regionalizadas - Processos Finalísticos

2025	IDE-01	IDE-02	IDE-03	IDE-04	IDE-05	IDE-06	IDE-07	IDE-08	IDE-09	IDE-10	IDE-11	IDE-12	IDE-13
	Taxa de mortalidade de acidentes de trânsito em rodovias federais	Tempo de interdições em rodovias federais	Flagrantes interceptados pela PRF	Pessoas alcançadas em ações de educação para o trânsito	Comandos de segurança viária	Rondas ostensivas	Tempo de resposta a acidentes de trânsito (média)	Trechos críticos inspecionados	Interdições em rodovias federais	Comandos de enfrentamento à criminalidade	Comandos de enfrentamento a crimes ambientais	Eficiência em ações de enfrentamento à criminalidade	Pessoas alcançadas em ações de garantia e promoção dos direitos humanos
SUPERINTENDÊNCIAS	Mortes por 10 mil veículos	Horas	Registros de ocorrência	Pessoas	Comandos	Horas	Minutos	Percentual	Interdições	Comandos	Comandos	Percentual	Pessoas
Acre	0,001	0,494	501	3.743	2.673	3.012	28,84	100%	18	1.786	23	NÃO SE APLICA	1.307
Alagoas	0,004	0,185	810	51.700	1.044	5.520	28,84	100%	40	698	8	NÃO SE APLICA	388
Amazonas	0,001	0,898	580	17.449	432	2.070	28,84	100%	23	289	64	NÃO SE APLICA	1.396
Amapa	0,001	0,139	573	12.254	1.294	2.090	28,84	100%	5	865	61	NÃO SE APLICA	2.394
Bahia	0,034	1,258	2.950	73.878	6.446	24.804	28,84	100%	338	4.307	105	NÃO SE APLICA	10.349
Ceara	0,009	0,190	1.499	76.702	2.041	13.961	28,84	100%	34	1.364	116	NÃO SE APLICA	1.409
Distrito Federal	0,009	0,202	1.848	27.610	1.344	5.985	28,84	100%	30	898	15	NÃO SE APLICA	4.485
Espirito Santo	0,010	0,481	1.705	52.234	1.065	8.780	28,84	100%	133	711	16	NÃO SE APLICA	36.724
Goiás	0,013	2,138	2.479	58.566	5.620	12.910	28,84	100%	152	3.755	94	NÃO SE APLICA	5.827
Maranhao	0,015	0,492	2.289	162.741	1.482	9.827	28,84	100%	61	990	190	NÃO SE APLICA	3.171
Minas Gerais	0,046	0,387	5.721	96.025	7.117	28.227	28,84	100%	397	4.755	183	NÃO SE APLICA	15.434
Mato Grosso do Sul	0,011	1,528	4.997	110.521	14.154	20.393	28,84	100%	189	9.457	209	NÃO SE APLICA	4.411
Mato Grosso	0,017	1,652	3.476	82.663	13.327	15.143	28,84	100%	511	8.905	772	NÃO SE APLICA	5.823
Para	0,012	1,113	2.061	50.057	2.635	10.939	28,84	100%	148	1.761	222	NÃO SE APLICA	16.354
Paraíba	0,009	0,137	1.931	102.496	832	7.675	28,84	100%	13	556	5	NÃO SE APLICA	4.734
Pernambuco	0,019	0,852	2.189	242.836	5.458	14.359	28,84	100%	194	3.647	44	NÃO SE APLICA	65.403
Piaui	0,009	0,457	1.895	55.424	723	11.723	28,84	100%	25	483	47	NÃO SE APLICA	3.551
Parana	0,036	0,543	6.454	94.799	9.084	30.665	28,84	100%	507	6.070	25	NÃO SE APLICA	4.203
Rio de Janeiro	0,019	0,298	4.597	131.874	8.572	29.653	28,84	100%	382	5.728	35	NÃO SE APLICA	9.027
Rio Grande do Norte	0,006	0,176	1.785	45.652	1.232	8.860	28,84	100%	54	823	21	NÃO SE APLICA	2.657
Rondonia	0,006	1,481	2.815	199.060	4.758	8.934	28,84	100%	96	3.179	598	NÃO SE APLICA	2.110
Roraima	0,002	0,632	710	11.846	597	2.722	28,84	100%	13	399	82	NÃO SE APLICA	1.767
Rio Grande do Sul	0,020	0,901	5.199	172.433	8.749	32.773	28,84	100%	241	5.846	142	NÃO SE APLICA	9.638
Santa Catarina	0,024	1,851	4.403	72.514	5.449	21.873	28,84	100%	195	3.641	48	NÃO SE APLICA	4.288
Sergipe	0,004	0,153	954	43.534	1.482	4.361	28,84	100%	17	990	0	NÃO SE APLICA	2.732
Sao Paulo	0,015	0,478	4.575	134.057	6.914	25.755	28,84	100%	227	4.620	117	NÃO SE APLICA	6.876
Tocantins	0,004	1,904	1.150	49.782	976	4.485	28,84	100%	37	652	65	NÃO SE APLICA	1.040
NACIONAL	0,3576	21h02m	70.146	2.232.449	115.500	367.500	28,84	100%	4.079	77.175	3.308	46,99%	227.497

INDICADORES MONITORADOS PELO MJSP - METAS NACIONAIS ESTABELECIDAS NO PPA, PE MJSP E/OU POLÍTICAS PÚBLICAS

POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL

INDICADORES ESTRATÉGICOS

2025

Metas Regionalizadas - Processos Finalísticos

2025	IDE-14	IDE-15	IDE-16	IDE-17	IDE-18	IDE-19	IDE-20	IDE-21	IDE-22	IDE-23	IDE-24	IDE-25	IDE-26
	Comandos de combate ao excesso de velocidade realizados nos trechos críticos em sinistralidade	Comandos de combate à alcoolemia realizados nos trechos críticos em sinistralida	Comandos de combate à ultrapassagem realizados nos trechos críticos em sinistralidade	Comandos de combate ao excesso de peso realizados nos trechos críticos em sinistralidade	Comandos de fiscalização de motocicletas realizados nos trechos críticos em sinistralidade	Comandos de fiscalização da Lei do descanso realizados nos trechos críticos em sinistralidade	LPATs Avaliados	Pessoas detidas	Recuperação de veículos	Apreensão de cocaína e derivados	Apreensão de maconha e derivados	Apreensão de cigarros	Apreensão de armas de fogo
SUPERINTENDÊNCIAS	Comandos	Comandos	Comandos	Comandos	Comandos	Comandos	Percentual	Pessoas	Veículos	Quilogramas	Quilogramas	Maços	Unidades
Acre	36	17	26	13	386	23	5%	401	44	2.105	372	149.227	55
Alagoas	85	85	70	38	508	48	5%	584	186	413	406	0	31
Amazonas	40	20	29	113	315	124	5%	529	96	28	811	23.616	31
Amapa	75	66	66	13	281	23	5%	420	88	0	25	0	22
Bahia	603	369	670	288	2.270	300	5%	2.039	1.091	2.252	7.531	5.592.768	163
Ceara	101	173	153	50	1.363	61	5%	1.181	355	1.000	968	311.733	35
Distrito Federal	182	170	87	50	726	61	5%	1.557	314	272	3.428	1.260	33
Espirito Santo	209	93	159	50	1.092	61	5%	1.328	495	58	4.473	101.809	76
Goias	297	276	251	76	1.234	86	5%	1.927	281	3.388	38.046	2.340.097	104
Maranhao	75	148	267	63	1.135	74	5%	1.837	525	1.801	412	280	85
Minas Gerais	1.523	370	559	151	3.054	162	5%	2.355	774	3.137	14.145	2.033.181	58
Mato Grosso do Sul	156	229	319	164	1.556	174	5%	3.793	712	11.056	215.787	6.358.312	92
Mato Grosso	249	181	485	151	1.558	162	5%	2.938	481	16.164	6.476	165.681	131
Para	63	124	299	38	1.433	48	5%	1.710	372	1.790	807	284.490	127
Paraiba	84	154	110	38	1.027	48	5%	1.434	459	259	658	673.270	37
Pernambuco	188	274	248	50	1.578	61	5%	1.562	484	266	27.229	3.360.282	66
Piaui	54	120	171	50	1.287	61	5%	1.516	440	1.053	1.710	1.611.717	70
Parana	1.028	489	449	63	2.735	74	5%	3.975	1.050	2.442	138.290	33.193.826	145
Rio de Janeiro	492	225	315	126	2.106	137	5%	3.244	1.493	1.351	19.748	1.413.294	232
Rio Grande do Norte	75	155	122	63	1.040	74	5%	1.433	232	1.353	450	404.045	64
Rondonia	90	110	181	63	1.316	74	5%	2.381	339	6.352	798	19.160	134
Roraima	46	118	46	176	390	187	5%	661	134	0	3	9	49
Rio Grande do Sul	683	429	624	151	2.190	162	5%	4.343	580	1.209	23.212	5.183.273	243
Santa Catarina	597	354	420	113	2.644	124	5%	3.677	408	1.379	47.883	5.550.113	106
Sergipe	62	65	84	13	459	23	5%	752	202	55	150	2.393.746	31
Sao Paulo	356	144	77	164	1.659	174	5%	3.047	554	755	28.968	4.325.678	150
Tocantins	71	67	208	25	551	36	5%	892	116	1.179	2.206	5.363	68
NACIONAL	7.520	5.025	6.495	2.353	35.893	2.642	5%	51.517	12.304	61.117	584.993	75.496.230	2.438

POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL

INDICADORES ESTRATÉGICOS

2025

Metas Regionalizadas - Processos Finalísticos			
IDE-27		IDE-28	IDE-51
2025	Apreensão de madeira	Eficácia do Sistema Alerta Brasil	Operações Conjuntas e Integradas
SUPERINTENDÊNCIAS	Metros Cúbicos	Faixas monitoradas	Operações
Acre	195	29	2
Alagoas	135	84	4
Amazonas	1.066	39	3
Amapa	11	166	6
Bahia	353	1267	23
Ceara	436	7301	3
Distrito Federal	147	1086	27
Espirito Santo	193	1278	11
Goias	695	2182	22
Maranhao	5.090	104	7
Minas Gerais	490	1969	31
Mato Grosso do Sul	986	190	5
Mato Grosso	10.559	583	8
Para	7.753	91	6
Paraiba	0	268	11
Pernambuco	253	135	15
Piaui	506	313	15
Parana	96	1246	15
Rio de Janeiro	86	1534	31
Rio Grande do Norte	42	221	10
Rondonia	9.163	81	16
Roraima	376	97	5
Rio Grande do Sul	160	1478	9
Santa Catarina	94	858	17
Sergipe	48	110	31
Sao Paulo	393	5192	6
Tocantins	2.475	98	3
NACIONAL	41.799	28.000	340

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

INDICADORES ESTRATÉGICOS

2025

Metas Regionalizadas - Processos de Suporte													
2025	IDE-29	IDE-30	IDE-31	IDE-32	IDE-33	IDE-34	IDE-35	IDE-36	IDE-37	IDE-38	IDE-39	IDE-40	IDE-41
	Servidores Assistidos em Ações de Saúde Integral	Satisfação dos Servidores com as Ações de Saúde Integral	Mapeamento das competências de funções	Atualização de Docentes	Capacitação em Curso de Atualização Profissional - CAP	Estabelecimento da UniPRF como Escola de Governo	Produção Científica da PRF	Prevenção Correcional	Celeridade para conclusão de Instruções Preliminares Sumárias - IPS	Celeridade para conclusão de Processos Disciplinares Contraditórios	Adequação das Instalações Físicas	Adequação Logística	Adequação da Frota da PRF
SUPERINTENDÊNCIAS	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual	Inspeções	Dias	Dias	Percentual	Percentual	Percentual
Acre	NÃO SE APLICA	84%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	100%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	5	97	550	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	80%
Alagoas	NÃO SE APLICA	84%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	100%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	10	97	550	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	80%
Amazonas	NÃO SE APLICA	84%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	100%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	8	97	550	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	80%
Amapa	NÃO SE APLICA	84%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	100%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	5	97	550	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	80%
Bahia	NÃO SE APLICA	84%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	100%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	42	97	550	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	80%
Ceara	NÃO SE APLICA	84%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	100%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	23	97	550	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	80%
Distrito Federal	NÃO SE APLICA	84%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	100%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	7	97	550	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	80%
Espirito Santo	NÃO SE APLICA	84%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	100%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	12	97	550	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	80%
Goias	NÃO SE APLICA	84%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	100%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	28	97	550	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	80%
Maranhao	NÃO SE APLICA	84%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	100%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	18	97	550	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	80%
Minas Gerais	NÃO SE APLICA	84%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	100%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	65	97	550	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	80%
Mato Grosso do Sul	NÃO SE APLICA	84%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	100%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	39	97	550	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	80%
Mato Grosso	NÃO SE APLICA	84%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	100%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	30	97	550	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	80%
Para	NÃO SE APLICA	84%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	100%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	17	97	550	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	80%
Paraiba	NÃO SE APLICA	84%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	100%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	18	97	550	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	80%
Pernambuco	NÃO SE APLICA	84%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	100%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	28	97	550	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	80%
Piaui	NÃO SE APLICA	84%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	100%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	17	97	550	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	80%
Parana	NÃO SE APLICA	84%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	100%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	62	97	550	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	80%
Rio de Janeiro	NÃO SE APLICA	84%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	100%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	39	97	550	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	80%
Rio Grande do Norte	NÃO SE APLICA	84%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	100%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	13	97	550	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	80%
Rondonia	NÃO SE APLICA	84%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	100%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	18	97	550	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	80%
Roraima	NÃO SE APLICA	84%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	100%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	2	97	550	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	80%
Rio Grande do Sul	NÃO SE APLICA	84%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	100%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	59	97	550	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	80%
Santa Catarina	NÃO SE APLICA	84%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	100%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	45	97	550	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	80%
Sergipe	NÃO SE APLICA	84%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	100%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	8	97	550	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	80%
Sao Paulo	NÃO SE APLICA	84%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	100%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	28	97	550	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	80%
Tocantins	NÃO SE APLICA	84%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	100%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	10	97	550	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	80%
NACIONAL	80%	84%	100%	100%	100%	100%	6	656	97	550	55%	50%	80%

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

INDICADORES ESTRATÉGICOS

2025

IDE-53: em processo finalístico

Metas Regionalizadas - Processos de Suporte													
2025	IDE-42	IDE-43	IDE-44	IDE-45	IDE-46	IDE-47	IDE-48	IDE-49	IDE-50	IDE-51	IDE-52	IDE-54	IDE-55
	Execução da obra da Academia Nacional da PRF	Execução Orçamentária	Disponibilidade dos Sistemas da PRF	Disponibilidade dos Sistemas Móveis	Acesso à Comunicação Crítica Operacional Efetiva	Maturidade em Governança e Gestão	Maturidade em Gestão de Projetos	Execução dos Projetos Estratégicos	Mapeamento de Processos Estratégicos	Serviços Digitais ao Cidadão	Captação de Recursos Adquiridos de Emendas Parlamentares ao PLOA.	Integração com Veículos de Comunicação	Publicações de pautas positivas para a PRF
SUPERINTENDÊNCIAS	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual	Índice	Percentual	Percentual	Percentual	Percentual	Visitas	Pautas Positivas
Acre	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	13%	8	6
Alagoas	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	13%	8	6
Amazonas	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	13%	8	6
Amapa	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	13%	8	6
Bahia	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	13%	8	6
Ceara	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	13%	8	6
Distrito Federal	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	13%	8	6
Espirito Santo	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	13%	8	6
Goias	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	13%	8	6
Maranhao	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	13%	8	6
Minas Gerais	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	13%	8	6
Mato Grosso do Sul	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	13%	8	6
Mato Grosso	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	13%	8	6
Para	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	13%	8	6
Paraíba	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	13%	8	6
Pernambuco	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	13%	8	6
Piaui	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	13%	8	6
Parana	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	13%	8	6
Rio de Janeiro	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	13%	8	6
Rio Grande do Norte	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	13%	8	6
Rondonia	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	13%	8	6
Roraima	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	13%	8	6
Rio Grande do Sul	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	13%	8	6
Santa Catarina	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	13%	8	6
Sergipe	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	13%	8	6
Sao Paulo	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	13%	8	6
Tocantins	NÃO SE APLICA	99%	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA	13%	8	6
NACIONAL	40%	99%	97%	98%	80%	80%	3,50	100%	80%	100%	13%	216	162

POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

INDICADORES ESTRATÉGICOS

2025

Metas Regionalizadas - Processos de Suporte		
2025	IDE-56	IDE-57
	Transparência Passiva	Disponibilidade de dados e informações no site da PRF
SUPERINTENDÊNCIAS	Percentual	Percentual
Acre	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Alagoas	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Amazonas	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Amapa	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Bahia	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Ceara	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Distrito Federal	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Espirito Santo	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Goiás	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Maranhao	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Minas Gerais	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Mato Grosso do Sul	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Mato Grosso	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Para	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Paraíba	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Pernambuco	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Piauí	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Paraná	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Rio de Janeiro	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Rio Grande do Norte	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Rondonia	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Roraima	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Rio Grande do Sul	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Santa Catarina	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Sergipe	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
São Paulo	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
Tocantins	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA
NACIONAL	100%	100%



Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório da Consulta Parametrizada de Fornecedores

Parâmetros da Consulta

CPF/CNPJ:

UF: **Pará**

Município: **Belém**

Linha de Fornecimento: **Elaboração / Análise Projeto - Engenharia**

Porte da Empresa:

Fornecedores

Belém

CPF/CNPJ:	Nome/Razão Social
52.485.865/0001-99	52.485.865 LTDA
55.308.737/0001-68	55.308.737 FLAVIA KAROLINA DA SILVA OLIVEIRA
02.322.427/0001-31	A & C CONSULTORIA E PROJETOS S/S LTDA
36.919.904/0001-62	A M & C H SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA
07.863.520/0001-77	A W J DISTRIBUIDORA COMERCIAL EIRELI
12.858.810/0001-62	A. C. E. CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
35.352.050/0001-12	A. R. SOUZA SANTOS CONSULTORIA E GESTAO CORPORATIVA LTDA
63.819.288/0001-40	ABL - CBK ENGENHARIA,ARQUITETURA E PAISAGISMO LTDA
16.807.274/0001-27	ALIANCA PROJETOS E SERVICOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA
12.776.630/0001-31	AMAZONIA SOLUCOES LTDA
40.928.075/0001-51	ANDRADE MATERIAIS STORE LTDA
40.419.922/0001-52	ATCON ENGENHARIA LTDA
20.442.044/0001-89	ATT SOLUCOES E EMPREENDIMENTOS LTDA
28.710.024/0001-53	ATUAR SOLUCOES EM SERVICOS DE TECNOLOGIA LTDA
07.670.993/0001-58	B.L.C. COMERCIO EXTRACAO E SERVICOS DE CONSTRUCAO LTDA
07.102.250/0001-81	BAUHAUS PROJECT MANAGER LTDA
29.256.451/0001-76	CANOSA & DUARTE S LTDA
05.588.494/0001-90	CAP ENGENHARIA LTDA
83.322.289/0001-92	CARDOSO OLIVEIRA ENGENHARIA LTDA
39.833.189/0001-39	CARLOS FERREIRA DIAS NETO
07.973.117/0001-09	CENTRO EDUCACIONAL DE TECNOLOGIA SOCIAL DA AMAZONIA - CETEC
04.696.621/0001-02	COCINCO CONSTRUCAO CIVIL E INCORPORACOES LTDA
19.103.700/0001-30	COOPERATIVA DE TRABALHO DE CONSULTORES INDEPENDENTES
36.753.995/0001-09	COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DE AGRARIAS DO ESTADO DO PARA

Relatório da Consulta Parametrizada de Fornecedores

Parâmetros da Consulta

CPF/CNPJ:

UF:

Pará

Município:

Belém

Linha de Fornecimento:

Elaboração / Análise Projeto - Engenharia

Porte da Empresa:

Fornecedores

Belém

CPF/CNPJ:	Nome/Razão Social
83.328.609/0001-11	CORINGA COMERCIO INDUSTRIA LTDA
04.986.870/0001-32	CROP ENGENHARIA E COMERCIO LTDA
16.867.560/0001-88	DYNTECH ENGENHARIA LTDA
13.735.044/0001-01	E CARLOS DOS SANTOS LTDA
42.458.970/0001-85	ECOPA ENGENHARIA LTDA
83.769.679/0001-05	EFECE SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA
04.025.751/0001-13	ENGECAD ENGENHARIA, ARQUITETURA E INCORPORADORA LTDA
08.899.128/0001-40	ENGELETRICA PROJETOS E EXECUCOES DE ENGENHARIA LTDA
21.338.506/0001-85	ENGESMART SERVICOS LTDA
32.248.079/0001-60	EQUILYBRIUM PROJETOS DE ENGENHARIA E TREINAMENTOS LTDA
14.663.889/0001-00	ESTARQ PROJETOS E CONSULTORIA LTDA
26.757.055/0001-34	EVX CAPITAL SERVICOS LTDA
12.091.772/0001-65	F A DE OLIVEIRA AUTOMACAO E ENERGIA
39.978.833/0001-67	FACURI ENGENHARIA LTDA
07.196.072/0001-03	FERNANDES E FERREIRA CONSTRUCAO, COMERCIO E SERVICOS LTDA
35.945.322/0001-98	FERRAZ E PINHEIRO ENGENHARIA LTDA
21.700.111/0001-80	FGR - ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA
51.250.310/0001-03	FORTALEZA CONSTRUCOES LTDA
46.700.646/0001-82	G DOS S SANTANA SERVICOS LTDA
24.514.708/0001-29	GEOPRAG SOLUCOES EM GEOLOGIA, SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE LTDA
28.926.802/0001-46	GREENORTE SERVICOS EM ENGENHARIA LTDA
23.878.125/0001-14	H R B DA ROCHA LTDA
20.717.703/0001-42	I CALDEIRA BARRETO ENGENHARIA
25.213.298/0001-49	ICEL CONSTRUTORA INCORPORADORA E ENGENHARIA LTDA
44.269.480/0001-66	IWETECH LTDA
17.650.924/0001-36	J & R CABRAL CONSTRUTORA LTDA
33.520.093/0001-34	J&F ENGENHARIA LTDA
01.733.931/0001-61	JLJ ARQUITETURA E SERVICOS LTDA
32.450.505/0001-44	K T DE SOUZA LTDA
33.027.932/0001-87	K W M DE OLIVEIRA - SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA
28.760.002/0001-06	LBN ENGENHARIA E SERVICOS LTDA

Relatório da Consulta Parametrizada de Fornecedores

Parâmetros da Consulta

CPF/CNPJ:

UF:

Pará

Município:

Belém

Linha de Fornecimento:

Elaboração / Análise Projeto - Engenharia

Porte da Empresa:

Fornecedores

Belém

CPF/CNPJ:	Nome/Razão Social
35.828.281/0001-50	LIFT ENGENHARIA LTDA
25.215.673/0001-90	M A KALIF CAVALCANTE LTDA
09.239.458/0001-72	M. B. OBRAS, PROJETOS E MANUTENCOES LTDA
11.439.253/0001-82	M. PASSOS CONSTRUCOES LIMITADA
13.652.874/0001-75	MAGISTRAL CONSTRUCOES E SERVICOS ME LTDA
29.217.125/0001-50	MAP CONSTRUTORA E TECNOLOGIA LTDA
02.661.105/0001-17	MARQUISE CONSTRUCOES & SERVICOS LTDA
83.900.043/0001-50	MGF INCORPORACOES LTDA
51.393.465/0001-90	ML LOCACOES LTDA
23.388.693/0001-37	NS-MEGA SERVICOS LTDA
09.481.109/0001-62	O M M PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA
04.072.575/0001-70	O. NINA RIBEIRO LTDA
27.135.996/0001-07	OCEANORTE CONSTRUCOES LTDA
23.615.043/0001-87	OFITECH CONSTRUCOES & SERVICOS TECNICOS LTDA
03.679.844/0001-07	OLIVA LTDA
29.860.572/0001-22	ORBIS ENGENHARIA LTDA
26.451.790/0001-15	P G PEREIRA CABRAL EIRELI
09.605.413/0001-74	P. A ENGENHARIA COMERCIAL LTDA
19.732.227/0001-50	PERFORMANCE ENGENHARIA LTDA
43.944.063/0001-09	PROJETO COMPANY SERVICOS LTDA
07.286.475/0001-35	PROTEGER ENGENHARIA LTDA
04.558.805/0001-06	QDR ENGENHARIA LTDA
83.383.950/0001-70	R C C COMERCIO E IMPORTACAO DE MOVEIS LTDA
37.571.057/0001-50	R F G FREITAS
01.599.268/0001-54	R JANSEN PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA
34.000.365/0001-38	R. A. MAIA CONSTRUCOES LTDA
07.017.885/0001-80	R2 ARQUITETURA & URBANISMO LTDA
17.230.204/0001-11	RECICLA SERVICOS DE REPRESENTACAO E ENGENHARIA LTDA
14.759.333/0001-03	REDENTOR ENGENHARIA LTDA
08.705.222/0001-11	RESILIENTE ENGENHARIA LTDA
11.785.793/0001-18	SAMY CAMPOS E CAMPOS 51313286249

Relatório da Consulta Parametrizada de Fornecedores

Parâmetros da Consulta

CPF/CNPJ:

UF:

Pará

Município:

Belém

Linha de Fornecimento:

Elaboração / Análise Projeto - Engenharia

Porte da Empresa:

Fornecedores

Belém

CPF/CNPJ:	Nome/Razão Social
08.610.914/0001-86	SANEVIAS CONSULTORIA E PROJETOS LTDA
17.942.130/0001-46	SANTA ROSA CONSTRUTORA LTDA
20.087.921/0001-40	SOLFIL CONSTRUTORA, SERVICOS DE MANUTENCAO E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA
05.650.453/0001-87	SONIC CONSTRUTORA & PROJETOS LTDA
10.173.294/0001-07	STP SERVICOS TOPOGRAFICOS, PLANEJAMENTO E ENGENHARIA LTDA
19.388.694/0001-04	TELLYNK TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA
34.714.067/0001-00	TITANIO ENGENHARIA LTDA
18.212.556/0001-07	TRIENG CONSULTORIA E CONSTRUcoes LTDA
15.458.161/0001-09	TRIUN CONSULTORIA LTDA
11.344.183/0001-89	VERTICAL - ENGENHARIA, CONSTRUCAO E EMPREENDIMENTOS LTDA
22.575.111/0001-69	VERTICALL SOLUCOES LTDA
18.211.822/0001-87	VIVA SERVICOS DE CONSTRUCAO LTDA
09.519.148/0001-01	WI SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA
45.960.490/0001-06	YOROI ENGENHARIA E SOLUCOES LTDA



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO PARÁ

NOTA TÉCNICA Nº 3/2026/INFRAESTRUTURA PREDIAL-PA/SAD-PA/SPRF-PA

PROCESSO Nº 08652.000878/2025-49

INTERESSADO: SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL NO PARÁ

1. INTRODUÇÃO

1.1. A estimativa de valor da contratação é um procedimento preliminar e indispensável para assegurar a disponibilidade de recursos financeiros para as obrigações decorrentes de uma contratação pública. Esta estimativa serve como referência para comparar e analisar as propostas recebidas, além de definir o preço estimado do bem ou serviço que a Administração Pública pretende contratar. O edital deve especificar os critérios de aceitabilidade para os preços unitário e global.

2. SUMÁRIO

2.1. Apresentação de Nota Técnica relacionada à confecção do orçamento estimativo de referência para obras e serviços de engenharia, contendo a análise e as justificativas acerca da metodologia de obtenção dos preços unitário e global de referência da licitação.

3. BASE LEGAL

- 3.1. [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;](#)
- 3.2. [Instrução Normativa SEGES/ME nº 91, de 16 de dezembro de 2022;](#)
- 3.3. [Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013;](#)
- 3.4. Conforme o § 1º do art. 1º da [Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021](#): "O disposto nesta Instrução Normativa não se aplica às contratações de obras e serviços de engenharia."

4. DOCUMENTOS QUE SUBSIDIARAM A NOTA TÉCNICA

4.1. [Cartilha com orientações para elaboração de planilhas orçamentárias de obras públicas do Tribunal de Contas da União](#): este documento apresenta as principais disposições legais e a jurisprudência do TCU sobre o orçamento de referência para licitação de obras públicas, expondo, de forma didática, cada passo a ser seguido pelos gestores públicos para calcular o preço final de uma obra. O processo de orçamentação é apresentado em detalhes nas suas três grandes etapas: levantamento e quantificação dos serviços; avaliação dos custos unitários; e definição da taxa de BDI e formação do preço de venda. Também são disponibilizadas orientações sobre a correta utilização dos sistemas referenciais de custos da Administração Pública federal, em especial do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), estimativa de custos de serviços de engenharia consultiva e elaboração de planilhas para celebração de termos de aditamento contratual.

4.2. [Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil \(SINAPI\)](#): é a principal fonte de referência brasileira de custos para obras e serviços de engenharia, por determinação do Decreto 7.983/2013. É mantido por parceria entre a CAIXA e o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

4.3. Planilha de custos da [Secretaria de Obras Públicas do Pará \(SEOP\)](#):

Criada pela Lei nº 8.096, de janeiro de 2015, e reestruturada pela Lei nº 8.404, de outubro de 2016, a Secretaria de Estado de Obras Públicas (Seop), antes denominada Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Obras Públicas (Seop), é um órgão da administração direta do Estado.

A Seop tem, por finalidades institucionais, propor e implementar a política de organização urbana e regional do estado, gerenciar a execução dos planos, programa e projetos dela decorrentes, tanto nas áreas de competência estadual quanto de interesse urbano em consonância com a Política Estadual de Desenvolvimento, além de planejar, coordenar, monitorar, fiscalizar, avaliar e executar obras e serviços de engenharia e arquitetura do Estado ou de seu interesse.

5. ANÁLISE TÉCNICA

I - OBJETO E ESCOPO

5.1. **Engenharia consultiva:** os serviços de engenharia consultiva compreendem diversas áreas que possuem funções acessórias à execução das obras. Tais atividades estão presentes em todo o processo de planejamento e concepção de projetos, acompanhamento e gerenciamento das ações de infraestrutura. Ainda, estão compreendidos os serviços multidisciplinares inerentes ao processo de licenciamento ambiental, desapropriação e reassentamento, essenciais para que as obras estejam alinhadas aos requisitos legais e normativos inerentes às demandas da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Pará (SPRF-PA).

II - FORMAÇÃO DOS PREÇOS DE REFERÊNCIA

5.2. Para a formação do preço de referência (estimado), foram observados os parâmetros e a ordem definida pelo §2º do art. 23 da Lei 14.133, de 2021, com prioridade para os parâmetros descritos nos incisos I e II, conforme detalhado a seguir:

Lei nº 14.133

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

[...]

§ 2º No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do **Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi)**, para as demais obras e serviços de engenharia;

II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de **tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo**, desde que contenham a data e a hora de acesso;

5.3. O custo total estimado dos serviços será baseado nos seguintes bancos:

- 5.3.1. SINAPI - 12/2025 - Pará;
- 5.3.2. SEDOP - 10/2025 - Pará;
- 5.3.3. CREA/PA (valor da ART em 2026);
- 5.3.4. CAU-BR (valor do RRT em 2026);
- 5.3.5. CFT (valor do TRT em 2026).

III - METODOLOGIA UTILIZADA PARA AFERIÇÃO E DEFINIÇÃO DO PREÇO DE REFERÊNCIA (PREÇO ESTIMADO)

5.4. **Orçamento de Serviços de Engenharia Consultiva:**

5.4.1. Incluem-se neste tipo de objeto os serviços de supervisão de obras, a realização de estudos socioambientais, a elaboração de projetos, os serviços de consultorias, a emissão de pareceres, a execução de perícias, a realização de avaliações ou outros serviços técnico-profissionais.

5.4.2. Orçar trabalhos especializados de engenharia e arquitetura é tarefa com razoável grau de incerteza, pois são atividades que envolvem um grande esforço intelectual e criativo, que será variável inclusive em função das características pessoais do profissional que realiza o trabalho.

5.4.3. Em função das informações e dados disponíveis, do conhecimento e dos registros de experiências anteriores, da possibilidade de previsão – com razoável grau de precisão – dos serviços a executar e da estimativa dos diversos componentes de custos e preços envolvidos, poderão ser adotadas diferentes metodologias para a formação do preço:

- a) **formação do preço com base nos quantitativos e custos unitários dos insumos utilizados:** segundo o TCU, **recomenda-se o uso preferencial do presente método**, pois o custo é determinado pelo período de permanência de cada categoria profissional, de forma que o critério adotado para formação do preço guarda relação direta com a estrutura de custos das empresas contratadas, tornando mais transparente eventual alteração contratual (tanto alterações de escopo quanto alterações de prazo).
- b) formação do preço com base nos produtos entregues;
- c) formação do preço com base no custo previsto do empreendimento.

IV- ENCARGOS SOCIAIS (ES)

5.5. Os serviços de engenharia consultiva **não são beneficiados pela desoneração da folha de pagamento**, pois as empresas de arquitetura e engenharia enquadradas no Grupo 711 do CNAE 2.0 continuam sujeitas ao regime de recolhimentos previdenciários ordinário, recolhendo a contribuição patronal de 20% sobre o montante da folha de pagamento (regime **não desonerado**).

5.6. Segundo a orientação do TCU, devem ser sempre empregados encargos sociais de trabalhadores **mensalistas**.

5.7. Para a presente contratação, será utilizada a tabela de encargos sociais do **SINAPI - Pará - Vigência** a partir de 01/2025.

V - FATOR K e TRDE (Taxa de Ressarcimento de Despesas e Encargos)

5.8. Os coeficientes multiplicadores são denominados de “fator K” e TRDE (Taxa de Ressarcimento de Despesas e Encargos), incidindo, respectivamente, sobre o custo direto de salários da mão de obra e outros custos diretos, de acordo com as equações a seguir:

$$PV = CD_{sal} \times K + CD_{outros} \times TRDE$$

$$K = (1+k_1+k_2)(1+k_3)(1+k_4)$$

$$TRDE = (1+k_3)(1+k_4)$$

Sendo:

PV: preço de venda total praticado pela empresa de engenharia consultiva

CD_{sal}: custo direto de salários

K: fator “K”

CD_{outros}: demais custos diretos

TRDE: taxa de ressarcimento de despesas e encargos

K1: encargos sociais incidentes sobre a mão de obra

K2: administração central da empresa de consultoria (ou overhead)

K3: remuneração bruta da empresa de consultoria

K4: fator relativo aos tributos incidentes sobre o preço de venda, dado pela equação $K_4 = 1/(1-I)$, em que “I” são os referidos tributos.

5.9. O cálculo discriminado dos índices estão contidos no Orçamento estimativo (SEI nº 71480274), e foram adotados os seguintes valores:

5.9.1. **Fator K:** 2,4079.

5.9.2. **TRDE:** 1,2557.

VI - AUSÊNCIA DE PESQUISA DE MERCADO

5.10. Utilizando-se das tabelas referenciais oficiais, desnecessária será a obtenção de três orçamentos de empresas do ramo, método de pesquisa que deve ser evitado sempre que possível, nos termos dos Acórdão nº 1.191/2007 - Plenário - TCU. Vejamos:

9.1.1. utilize, nas licitações para obras e serviços de engenharia, os sistemas oficiais para apuração do valor do objeto licitado, tais como SICRO ou SINAPI, em observância ao disposto no art. 115 da Lei nº 11.439/2006 (LDO/2007), de forma a se evitar consultas prévias de preços de mercado junto a empresas que poderão participar do certame, com evidentes prejuízos ao princípio constitucional da isonomia, previsto no art. 3º da Lei nº 8.666/93, o qual assegura a igualdade de condições a todos os concorrentes, prevista no inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal.

5.11. Em outra assentada, a E. Corte de Contas assim manifestou no Acórdão nº. 719/2018 - TCU - Plenário:

9.2.3. as regras e critérios para elaboração de orçamentos de referência de obras e serviços de engenharia pela Administração Pública, estão estabelecidos no Decreto 7.983/2013 – no caso de certames fundamentados na Lei 8.666 /1993 que prevejam o uso de recursos dos orçamentos da União –, bem como nos arts. 8º, §§ 3º, 4º e 5º, da Lei 12.462 /2011, e 31, §§ 2º e 3º, da Lei 13.303/2016, ou seja, devem se basear precipuamente nos sistemas referenciais oficiais de custo (Sinapi e Sicro);

9.2.4. os sistemas referenciais Sicro e Sinapi, utilizados para fundamentar o orçamento estimativo das contratações de obras e serviços de engenharia pelo Poder Público, consideram, de forma direta ou indireta, os parâmetros salariais e outras disposições de instrumentos de negociação coletiva de trabalho na formação de custos com a mão de obra;

9.2.5. as disposições existentes na Instrução Normativa MPOG nº 02/2008, que foi revogada pela IN-Seges/MPDG 5/2017, são aplicáveis às contratações de serviços pela Administração Pública, não versando tais atos normativos sobre a contratação de obras públicas.

5.12. Ainda, a Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que dispõe sobre procedimento administrativo para realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, assim excepciona:

Art. 5º. O disposto nesta Instrução Normativa não se aplica a obras e serviços de engenharia, de que trata o Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013.

5.13. Portanto, desnecessária pesquisa de mercado, restando, perfeitamente válido o uso do **MENOR PREÇO OU MAIOR DESCONTO** incidente sobre as tabelas referenciais oficiais para a licitação, pois estas descrevem tudo que será necessário para que as demandas sejam atendidas pela solução pretendida.

6. CONCLUSÃO

6.1. De acordo com os documentos acostados ao processo e disponíveis para análise e conferência, os custos unitário e global de referência restaram em:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Elaboração do "como construído" (as built), do anteprojeto de engenharia, do projeto básico e do projeto executivo para viabilizar a finalização da obra de reforma da sede regional da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal no Pará (SPRF-PA) - BR-316 km 0	51	un	1	R\$ 294.639,10	R\$ 294.639,10

6.2. Conclui-se, que o valor estimado da contratação é de **R\$ 294.639,10** (duzentos e noventa e quatro mil seiscentos e trinta e nove reais e dez centavos).

DELANO GONÇALVES DE BARROS
Policial Rodoviário Federal
Matrícula 1320385
Técnico em Edificações
CFT 04863076460

PRF

Documento assinado eletronicamente por **DELANO GONCALVES DE BARROS, Policial Rodoviário(a) Federal**, em 11/02/2026, às 12:04, horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e no art. 42 da Instrução Normativa nº 116/DG/PRF, de 16 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.prf.gov.br/verificar>, informando o código verificador **71480321** e o código CRC **97435EBB**.